

MIL ANOS DA INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM

COORD.

MÁRIO JORGE BARROCA

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*

Coordenação: Mário Jorge Barroca, Armando Coelho Ferreira da Silva

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Imagem da capa: “Tapisserie de Bayeux – XIème siècle”. Avec autorisations spéciale de la Ville de Bayeux.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-97-5

Depósito Legal: 450318/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898351975/mil>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

AS INCURSÕES VIKINGS NO NORTE DE PORTUGAL

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES*

MÁRIO JORGE BARROCA**

LUÍS CARLOS AMARAL***

INTRODUÇÃO¹

Escassas, avulsas, as mais das vezes breves e com informações não raro contraditórias, as notícias relativas às incursões de vikings ou normandos na Hispânia deixaram, ainda assim, um rasto perceptível, mais nas fontes documentais do que nas arqueológicas. E deve dizer-se, em abono da verdade, que a costa atlântica da Península Ibérica, do norte da Galiza até ao Algarve, está bastante presente nos relatos dessas investidas, sejam estes relatos latinos, árabes ou nórdicos². Mais até do que Santiago de Compostela, Lisboa, a grande cidade da fachada ocidental da Península, e a sua área circundante (de Sintra a Alcácer do Sal) foram um alvo frequente das

* Bolseiro de pós-doutoramento (FCT); Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa; andre.omarques@gmail.com.

** Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP; mbarroca@letras.up.pt.

*** Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CITCEM-UP; CEHR-UCP; lcamaral@letras.up.pt.

¹ Por Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques. As siglas utilizadas em referências documentais ao longo do artigo vão desdobradas no final, em *Fontes e Bibliografia*.

² Para uma análise detalhada destas incursões (e respectivas fontes), v. PIRES, 2017. Trata-se de uma versão revista (e com alguns cortes) da tese de doutoramento do autor: PIRES, 2012. Para o conjunto do espaço ibérico, v. CHRISTYS, 2015; PRICE, 2012; e, num registo menos rigoroso, MORALES ROMERO, 2006. Sobre a ordenação das incursões à Península Ibérica em quatro vagas principais, v. CHRISTYS, 2015; cf. as reservas de PIRES, 2017: 222. A utilização que fazemos do qualificativo «viking» para caracterizar apenas as incursões que tiveram lugar antes de 1100 assenta no pressuposto de que a actividade de frotas nórdicas nas costas peninsulares durante o século XII pertence já a um outro contexto: v. ROESDAHL, 1998: 10; PIRES, 2017: 19-20.

razias vikings logo desde 844, data da primeira expedição conhecida³. De acordo com Ann Christys, Lisboa ter-se-á convertido no «primeiro objectivo dos vikings», sendo que também há notícias de ataques mais a sul, na costa alentejana e no Algarve⁴. O Gharb al-Andaluz, com destaque para o entorno de Lisboa, e a Galiza, onde a primazia cabe à Ria de Arousa/Santiago, são os sectores referidos mais frequentemente nos relatos das incursões nórdicas ao Ocidente peninsular. Mas a verdade é que os vikings não deixaram de percorrer e de se interessar pela área intermédia do litoral atlântico, e em especial pela região do Entre-Douro-e-Minho.

O presente artigo ocupar-se-á deste território, correspondente ao espaço hoje português que permaneceu na esfera de influência da monarquia asturiana, a partir de meados do século IX, ao contrário do que aconteceu com a área a sul do rio Vouga, que, entre as décadas de 980-1000, voltou ao domínio muçulmano, na sequência das incursões de Almançor (978-1002) nos territórios de Coimbra, Viseu e Lamego, só recuperados definitivamente por Fernando I de Leão e Castela (1037-1065) entre 1057 e 1064. De facto, é em torno da embocadura do Douro e mais a norte, na zona de Guimarães-Famalicao, que se concentram as notícias de incursões vikings na terra portugalense. Por razões que se prendem sobretudo com a semelhança das fontes e dos contextos, estas incursões são mais facilmente relacionáveis com as numerosas intervenções vikings nas costas galegas⁵. Mas a verdade é que a tradicional divisão entre o «Norte cristão» e o «Sul muçulmano», que enforma muitas das concepções e das práticas historiográficas relativas a este período, revela-se demasiado rígida e pouco operativa também neste domínio.

Os textos árabes que nos informam sobre as incursões vikings no al-Andaluz traçam um quadro distinto do das fontes latinas do Norte, não só em termos da informação que veiculam — desde logo a cronologia atribuída a algumas incursões —, mas sobretudo no que respeita às interpretações que sugerem para enquadrar e construir o significado dessas incursões em contextos sociopolíticos locais e regionais específicos⁶. Mas não é possível separar as investidas num e noutro territórios. Elas integram-se, na maior parte dos casos, em expedições que, percorrendo a costa atlântica, tinham por objectivo conduzir as frotas vikings às ricas cidades do Sul muçulmano (do al-Andaluz ou do Magreb), quando não mesmo a outras paragens mais no interior do Mediterrâneo. Isto não significa, contudo, que não tenha havido

³ BORGES, 2016: 69-72.

⁴ CHRISTYS, 2015: 8. As primeiras (e únicas?) incursões documentadas na costa/zona de Beja e no Algarve (Silves) datam de 859 e 966, respectivamente: PIRES, 2017: 70-75, 83-85; CHRISTYS, 2015: 39, 49-50, 86-87.

⁵ Para uma panorâmica das incursões galegas, v., para além da bibliografia citada na nt. 2, SÁNCHEZ PARDO, 2010.

⁶ O enfoque das fontes narrativas, tanto latinas como árabes, nos líderes políticos e militares que teriam assegurado a defesa face aos vikings foi já notado por CHRISTYS, 2015: 45, 92-93, 103. A autora chama a atenção para as construções propagandísticas que, tanto nos reinos cristãos como no al-Andaluz, procuraram converter essas acções de defesa em fontes de legitimação de determinados actores políticos (fontes latinas: p. 31, 43; fontes árabes: p. 40).

uma reacção diferente face aos vikings por parte das populações (e elites) do Norte e do Sul; ou que os próprios navegadores e guerreiros nórdicos não tenham de alguma forma adaptado o seu comportamento, consoante o tipo de populações e de paisagens com que se confrontaram nas diferentes paragens que percorreram e onde, por vezes, estanciaram algum tempo.

Deste ponto de vista, as incursões vikings tornam-se mais do que uma simples justaposição de dois planos (ataque e defesa). Afiguram-se-nos antes como uma interacção, determinada por um tempo e um lugar concretos. É verdade que as fontes de que dispomos não dizem muito acerca do cenário que os vikings encontraram quando desembarcaram na costa ocidental hispânica ou entraram pelos seus estuários, nem sobre os tipos de interacção envolvida nos seus ataques, ou deles decorrente. Mas é chegado o momento de superar o enfoque tradicional sobre fontes de cariz narrativo, que tendem a apresentar as incursões vikings a uma luz exclusivamente político-militar, e de prestar maior atenção aos pequenos indícios que é possível extrair das fontes locais, que nos elucidam sobre o impacto destas incursões à pequena escala⁷. Se as fontes documentais deste género são escassas e de difícil interpretação, os dados arqueológicos são-no ainda mais, porque a investigação sobre a presença viking neste território só agora começa a dar os primeiros passos. Mas é importante sublinhar que só uma análise combinada dos registos documental e material, especialmente orientada para os contextos específicos de cada lugar e comunidade, permitirá compreender as reais implicações da presença na Península Ibérica de frotas vindas da Europa do Norte.

Recorrendo aos três principais tipos de fontes disponíveis (narrativas, mas sobretudo documentais e materiais), este artigo procura reavaliar a escassa informação conhecida sobre o território portugalense, por forma a responder a uma questão essencial: a violência e a pilhagem resumem toda a história dessa interacção? Para tal, desenvolveremos duas linhas de análise que irão sendo entrelaçadas. Por um lado, tentaremos caracterizar o cenário em que as incursões vikings tiveram lugar, procurando equacionar o problema do povoamento da faixa litoral, tradicionalmente tido como muito rarefeito, e perceber até que ponto esta imagem se deve sobretudo à cobertura geográfica da documentação conservada. Por outro lado, atentaremos nos vários tipos de relações entre vikings e populações locais, procurando perceber se, para lá dos ataques, das pilhagens, da tomada de cativos e consequentes resgates referidos nos documentos, terá havido lugar a algum tipo de assentamento, mais ou menos duradouro, por parte dos vikings. Antes, porém, de entrarmos na análise das fontes propriamente ditas, justifica-se reflectir, ainda que de forma breve, sobre

⁷ Um impacto que é difícil de medir, em virtude das fontes de que dispomos, mas que foi real. A actividade viking na Península Ibérica «was probably small-scale, although perhaps more frequent than our sources admit» (CHRISTYYS, 2015: 95).

a imagem que a historiografia portuguesa construiu da presença viking no território portugalense e a utilização que dela fez, ou não, como factor explicativo da história desta região, entre os séculos IX e XI⁸.

A primeira coisa que podemos afirmar a este propósito é que a investigação nacional sempre considerou toda a problemática relacionada com as expedições de vikings ou normandos que assolaram as costas do futuro Portugal como um tema marginal e menor, e mesmo como uma espécie de um não tema. Ou seja, nunca foi atribuído a este assunto a relevância necessária para o integrar na panóplia de argumentos decisivos que esclareciam — e justificavam — o processo de independência e formação do reino. Elementos diversos e de fácil apreensão podem ser invocados para explicar esta situação. Destacaremos sobretudo três: antes de mais, (i) o facto de os vestígios documentais conhecidos e preservados serem manifestamente reduzidos e, em consequência, outrossim a investigação que sobre eles se debruçou, e ainda, salvo honrosas excepções, o generalizado desconhecimento, entre nós, da produção historiográfica oriunda de além-Pirenéus, pelo menos até meados do século XX; (ii) a circunstância de as empresas nórdicas apresentarem, por regra, uma dimensão limitada e a informação que delas temos cessar logo nas primeiras décadas do século XI, distando assim largos anos da criação do Condado Portucalense; e, por último, (iii) o domínio quase absoluto de uma visão historiográfica nacional centrada, de forma sistemática, num referente ideológico apoiado em construções que remontam, pelo menos, ao tempo da elaboração da *Monarquia Lusitana*⁹ — e que foram amplamente reforçadas no decurso de Oitocentos —, e que poderíamos designar como o da crença apriorística em um «Portugal antes de Portugal», isto é, em um processo histórico que só se podia explicar e compreender através de si próprio, a partir de dentro e do seu «conteúdo».

Em face do exposto, não admira que a questão dos vikings apenas tivesse ocupado nos grandes textos de síntese, e não só, algumas linhas ou, na melhor das hipóteses, escassas páginas. De facto, quando em 1846 Alexandre Herculano publicou o volume inicial da sua celebrada *História de Portugal*¹⁰ — que, com inteira justiça, deve ser considerada como a primeira História geral de Portugal concebida em termos científicos —, limitou-se a fazer uma referência genérica e sem grande significado, inscrita na longa introdução programática com que abriu o referido volume. Ao falar sobre Ramiro I das Astúrias (842-850), escreveu: «Seguro no trono, [...] obteve várias vitórias dos muçulmanos e repeliu os piratas normandos que principiavam então a

⁸ A simples enumeração dos principais autores e obras que estudaram as expedições nórdicas à Península Ibérica foi já realizada por: PIRES, 2017: 13-16.

⁹ Os oito volumes que compõem esta obra foram inicialmente publicados em Alcobça e Lisboa, entre 1597 e 1727.

¹⁰ Os quatro volumes que compõem esta obra foram inicialmente publicados em Lisboa, em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, entre 1846 e 1853.

saltar as costas da Galiza»¹¹. E por aqui se ficou. Já no século XX, na monumental *História de Portugal* dirigida por Damião Peres e Eleutério Cerdeira, dita de «Barcelos»¹², cujo primeiro fascículo conheceu a luz do dia em Junho de 1928, o panorama herdado da centúria anterior manteve-se no essencial. Mais informações, sem dúvida. Mas sempre avulsas e breves e, invariavelmente, também sempre as mesmas, o que denota uma ausência total de investigação nova. Na década seguinte, o meticoloso Luís Gonzaga de Azevedo na sua *História de Portugal* dedicou igualmente vários parágrafos aos normandos/vikings, atribuindo-lhes mesmo a responsabilidade pelo assassinato do magnate portugalense Mendo Gonçalves (961-1008), neto da condessa Mumadona Dias (926-968?)¹³.

Acerca deste e de outros autores, apenas podemos dizer que a simples repetição de factos conhecidos, nem sempre apresentados de forma rigorosa, nada acrescentou ao que já se sabia. Em todo o caso, e como referimos antes, apercebemo-nos de que o fio condutor que orientava as passagens que integravam os dados relativos às expedições nórdicas, assentava num enquadramento único, a saber, o do binómio ataque/defesa. Impõe-se registar que este verdadeiro «paradigma interpretativo», não exclusivamente português, andava muito próximo daquele que de forma mais recorrente era utilizado no estudo das relações entre cristãos e muçulmanos. Se acrescentarmos, por último, a predominância quase absoluta da perspectiva político-militar, teremos então delimitado o quadro historiográfico que enformou a abordagem do tema dos vikings, durante longo tempo.

O enorme crescimento e desenvolvimento que a investigação e a escrita da História conheceram também em Portugal no decurso da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de Setenta, apesar de ter possibilitado como nunca o alargamento do campo conceptual, o apuramento metodológico e a acumulação de dados, não produziu imediatamente as desejáveis mudanças, tanto na matéria em apreço como em várias outras. Logo em 1959, no primeiro capítulo da obra que dedicou ao estudo das relações entre Portugal e a Liga Hanseática durante a época medieval, A. H. de Oliveira Marques pôde fazer uma espécie de breve síntese acerca das expedições normandas no Ocidente hispânico¹⁴. Apesar da clareza da exposição e da apresentação rigorosa dos factos, o autor não se coibiu de afirmar que «desde finais do século VIII que esses temíveis homens do Norte, impelidos por um desejo

¹¹ HERCULANO, 1980: 187.

¹² Composta inicialmente por oito volumes, foi publicada em Barcelos, pela Portucalense Editora, entre 1928 e 1938. As referências às investidas dos normandos/vikings podem ler-se em: LOPES, 1928: 395; PERES, 1928: 441, 442, 456, 460.

¹³ «O governo de Mendo Gonçalves não foi de longa duração, pois, quando no auge do poder e ainda na força da vida, caiu assassinado, ao que parece, pelos normandos» (AZEVEDO, 1939: 117; v. também *Apêndices*, Nota X: 165). Os seis volumes que compõem a *História de Portugal* de Luís Gonzaga de Azevedo foram publicados postumamente em Lisboa, pela Edições «Bíblion», entre 1939 e 1944, numa edição organizada por Domingos Maurício Gomes dos Santos.

¹⁴ MARQUES, 1993a: 25-28.

de pirataria e de aventura, começaram a pôr em perigo a tranquilidade das costas do setentrião europeu»¹⁵. Deixando de lado os muito discutíveis juízos de valor, deveremos reconhecer no conjunto do texto a preocupação de articulação das empresas vikings com processos históricos mais vastos e de mais longa duração. Inversamente, na curta entrada do *Dicionário de História de Portugal* — sintomaticamente intitulada «Normandos, Ataques dos»¹⁶ —, Henrique Barrilaro Ruas limitou-se, uma vez mais, e de forma muito incompleta, a arrolar algumas das investidas nórdicas nas costas do actual Portugal. Bastaria atendermos na já então desactualizada bibliografia que apresenta, para nos inteirmos da pouca importância atribuída ao assunto nesta obra maior da historiografia portuguesa contemporânea.

Por sua vez, Joaquim Veríssimo Serrão consagrou no primeiro volume da sua *História de Portugal* um pequeno mas autónomo ponto aos «Ataques dos Normandos a Portucala»¹⁷. Não trazendo nada de verdadeiramente novo, manifesta-se óbvia a vontade do autor de associar o «factor viking» não só ao quadro político-militar do Norte cristão peninsular, mas de forma mais específica às longínquas raízes da nacionalidade portuguesa. Afigura-se-nos hoje difícil subscrever as interpretações que formula, em particular no que respeita à segunda proposição. Ainda assim, é justo registar o seu esforço no sentido de superar a simples e costumeira enumeração das expedições nórdicas.

As novas perspectivas que o crescente conhecimento e recepção da bibliografia estrangeira e o paralelo desenvolvimento da investigação proporcionaram, acabaram por dar resultados significativos a partir da última década do século passado. As duas grandes obras de síntese então produzidas reflectem as mudanças em curso. De modos diversos, tanto na *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques¹⁸ como na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso¹⁹, deparamo-nos com textos que procuram não só estabelecer de forma rigorosa os factos associados às empresas vikings, mas também apurar as consequências resultantes das mesmas. Por outras palavras, as investidas de normandos/vikings são articuladas num cenário alargado e convocadas como factores explicativos, quer do ordenamento político-militar, quer da organização social dos territórios distribuídos ao longo da fachada atlântica, desde a antiga Galécia até à estrema algarvia. Referindo-se especificamente à campanha inicial de 844, José Mattoso pôde escrever: «Foi a primeira intervenção normanda de que temos notícia precisa, mas elas repetiram-se depois com frequência até ao século XI, perturbando profundamente as zonas marítimas e

¹⁵ MARQUES, 1993a: 25.

¹⁶ RUAS, 1990: 398-399.

¹⁷ SERRÃO, 1977: 66.

¹⁸ V.: MARQUES, 1993b: 125, 129, 245; BEIRANTE, 1993: 258-259, 261, 263, 273, 276, 313.

¹⁹ MATTOSO, 1992: 532.

as povoações situadas perto do curso dos rios. Foi necessário, então, construir fortificações nestas zonas e as povoações do litoral foram muitas vezes abandonadas»²⁰.

No entanto, haveria que esperar até 2012 para se produzir, em Portugal, o primeiro estudo de fôlego dedicado inteiramente à temática das investidas vikings nas terras galegas e portuguesas²¹. Em definitivo, a expansão nórdica entre os séculos IX e XI passou a estar associada e a integrar o longo processo histórico de construção das monarquias ibéricas, no decurso da Plena Idade Média. Neste contexto, as expedições vikings foram, em simultâneo, sinais e sintomas daquilo a que, parafraseando Jaime Cortesão, poderíamos apelidar de «Atlantização», ou seja, a progressiva transformação das «comunidades» e dos «territórios» oceânicos em actores decisivos da História de Portugal.

1. O REGISTO DOCUMENTAL²²

1.1. Cenário: o povoamento litoral e as incursões vikings

1.1.1. Um povoamento periférico?

O problema de base na abordagem tradicional do povoamento litoral durante a Alta Idade Média é a associação frequente entre silêncios documentais e vazios populacionais. A escassez e os condicionamentos geográficos e sociais dos documentos que chegaram até nós não autorizam este tipo de dedução. Que o mapa dos vestígios (escritos ou materiais) anteriores ao século XI registre um assinalável vazio em boa parte das zonas costeiras do Entre-Douro-e-Minho não significa que elas estivessem de facto escassamente povoadas, ou muito menos desertas. O mesmo se diga, ainda em maior grau, das zonas montanhosas. Num e noutro caso, estamos perante áreas periféricas face aos principais centros de poder da região, onde estavam localizadas as principais instituições produtoras de documentação²³. Todas curiosamente situadas numa área central de maior potencial agrícola, correspondente ao que os geógrafos definiram como a área das «colinas e plainos minhotos», onde se concentravam os seus interesses patrimoniais²⁴.

Não é fácil superar estas limitações que as fontes nos colocam, sobretudo enquanto não avançarmos mais no cruzamento da investigação histórica e arqueológica sobre o

²⁰ V. nt. anterior.

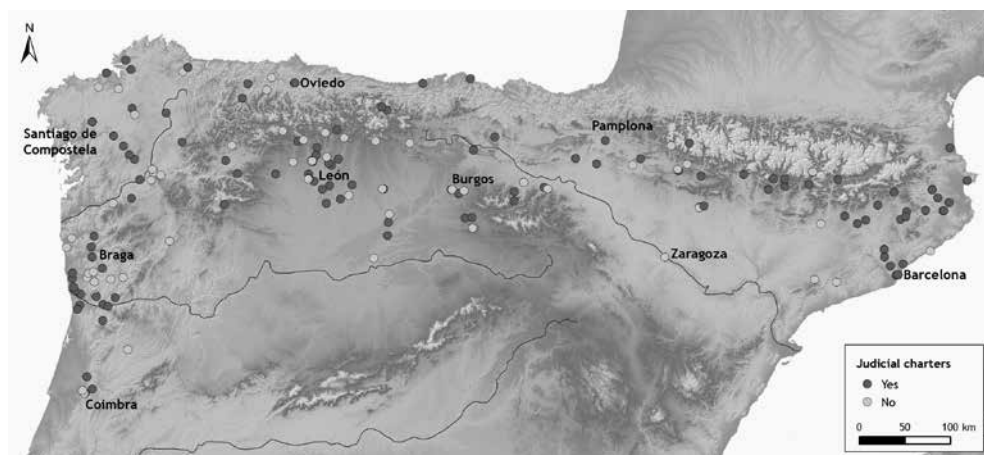
²¹ PIRES, 2012; PIRES, 2017. V. nt. 2.

²² Por André Evangelista Marques.

²³ V. AMARAL, 2007.

²⁴ Sobre estes problemas, e as implicações que se levantam ao seu estudo no caso do Entre-Douro-e-Minho (e em particular do território da diocese de Braga), v. MARQUES, 2014: 10-25, 108-9. Sobre o povoamento da região minhota na Alta Idade Média, v. AMARAL, 2007: 15-200; MARQUES, 2008. Para a geografia da região, v., e.g., SILVA, 1983; RIBEIRO, 1995.

território. Mas um dos caminhos obrigatórios para a correcta ponderação do registo escrito é o da análise da geografia documental. No estado actual da investigação, para uma perspectiva abrangente da região, capaz de a integrar no contexto mais amplo do Noroeste peninsular, temos de nos cingir ao mapa das instituições (todas eclesíásticas) que conservaram documentos datados até 1100.

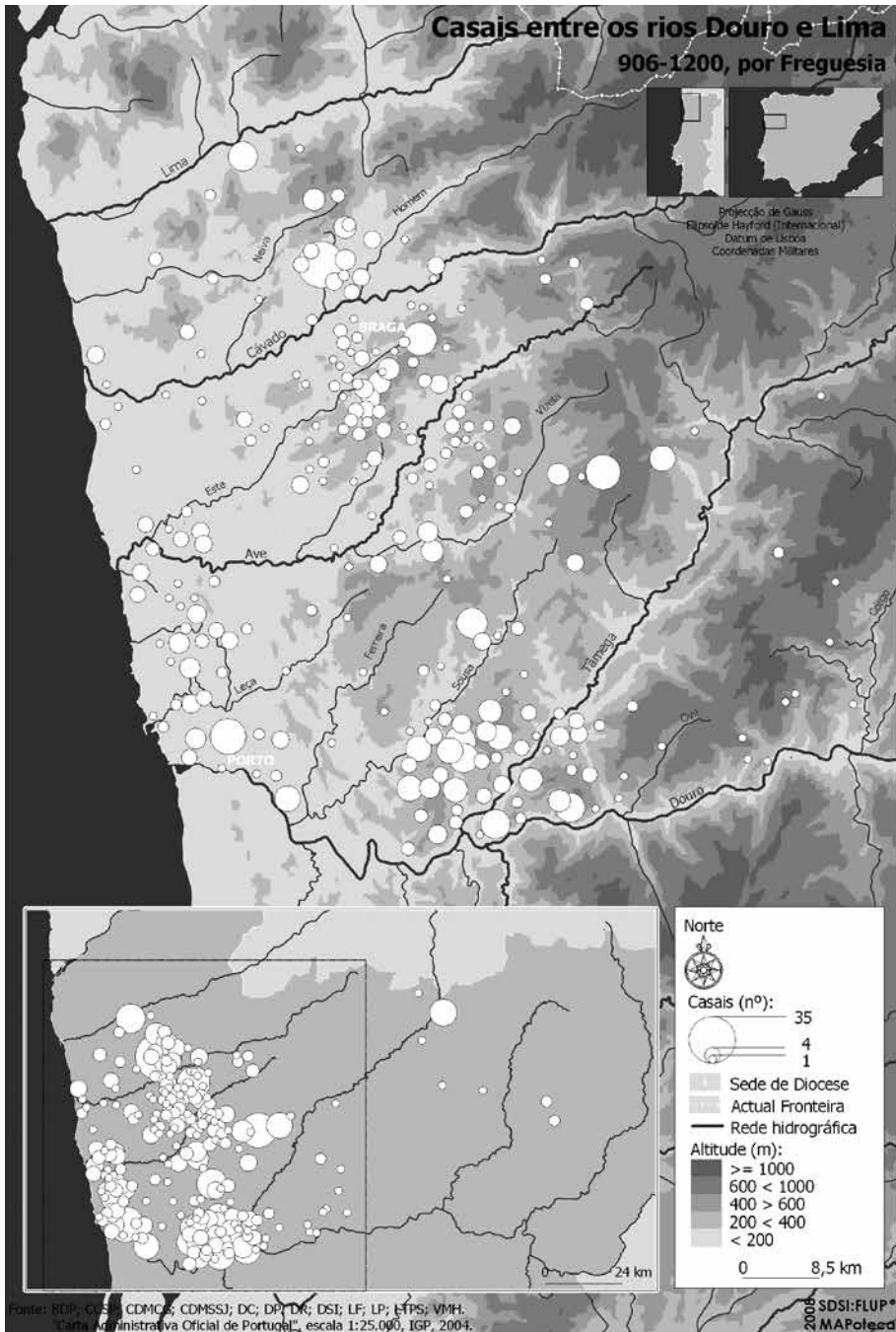


Mapa 1. Instituições do Norte peninsular que conservaram documentação datada até 1100.

Fonte: Projecto PRJ (<http://prj.csic.es/>) – IP: Isabel Alfonso. Mapa de Antonio Uriarte (Laboratorio de Arqueología del Paisaje y Teledetección. CSIC-Instituto de Historia. Madrid).

Trata-se de um mapa de instituições *conservadoras*, que omite muitas outras instituições efectivamente *produtoras* de documentação, introduzindo assim alguma distorção em matéria de cobertura geográfica. De qualquer forma, é evidente que a faixa costeira delimitada pelas bacias dos rios Douro, a sul, e Ave/Este, a norte, constitui a área de maior concentração de instituições junto ao litoral em todo o reino asturo-leonês. Sendo que não estamos apenas na presença de um número elevado de instituições, mas também de cartórios em que foi conservada uma massa significativa de documentação, como acontece nos casos dos mosteiros de Moreira da Maia, Junqueira, Pedroso, Grijó, Leça, Rio Tinto e Vairão, todos situados a menos de 10 km do mar. Estamos assim perante uma base de informação suficientemente ampla para podermos extrapolar uma densidade igualmente significativa para o povoamento desta área, onde um indicador importante como o *casal* — comumente definido como uma unidade familiar de povoamento — atinge uma densidade muito maior do que no sector litoral a norte do Ave (menos bem documentado, é certo)²⁵. Atente-se na cartografia sistemática das menções documentais a casais no Entre-Douro-e-Lima até 1200.

²⁵ MARQUES, 2008: 78-111.



Mapa 2. Casais entre os rios Douro e Lima (906-1200), por freguesia.

Fonte: MARQUES, 2008: 75, mapa 1. Mapa de Miguel Nogueira (Oficina do Mapa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Levada às últimas consequências, a análise da geografia documental implica cartografar todos os lugares referidos na documentação. O exercício não está feito, mas é possível obter uma imagem quase exaustiva para o território da diocese de Braga (entre os rios Ave e Lima), se atendermos à cartografia das unidades espaciais referidas na documentação dos séculos IX a XI contida nos principais cartulários da região — o *Livro de Mumadona* do mosteiro de Guimarães e o *Liber Fidei* da Sé de Braga — e numa lista de igrejas da diocese bracarense datável de finais do século XI (Mapa 3)²⁶. É certo que uma boa parte dos lugares assinalados na faixa litoral corresponde a igrejas e mosteiros arrolados nesta lista mais tardia, embora deva ressaltar-se que só uma (pequena?) parte seria de fundação muito recente.

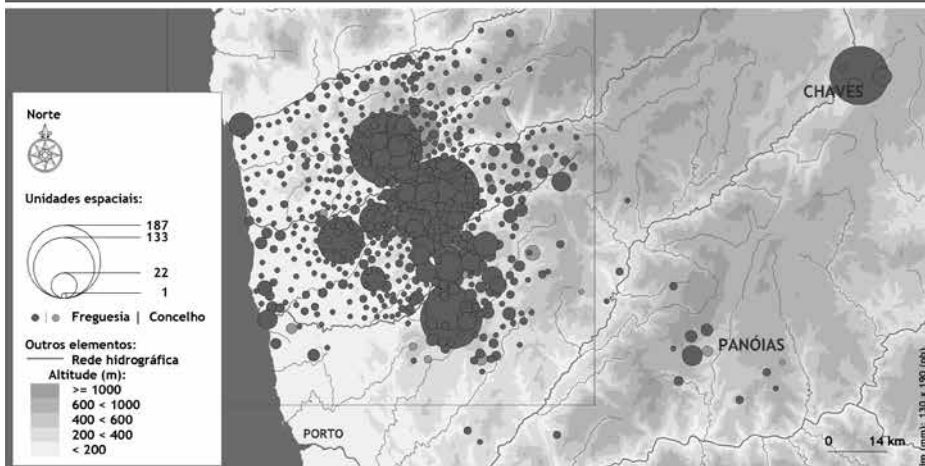
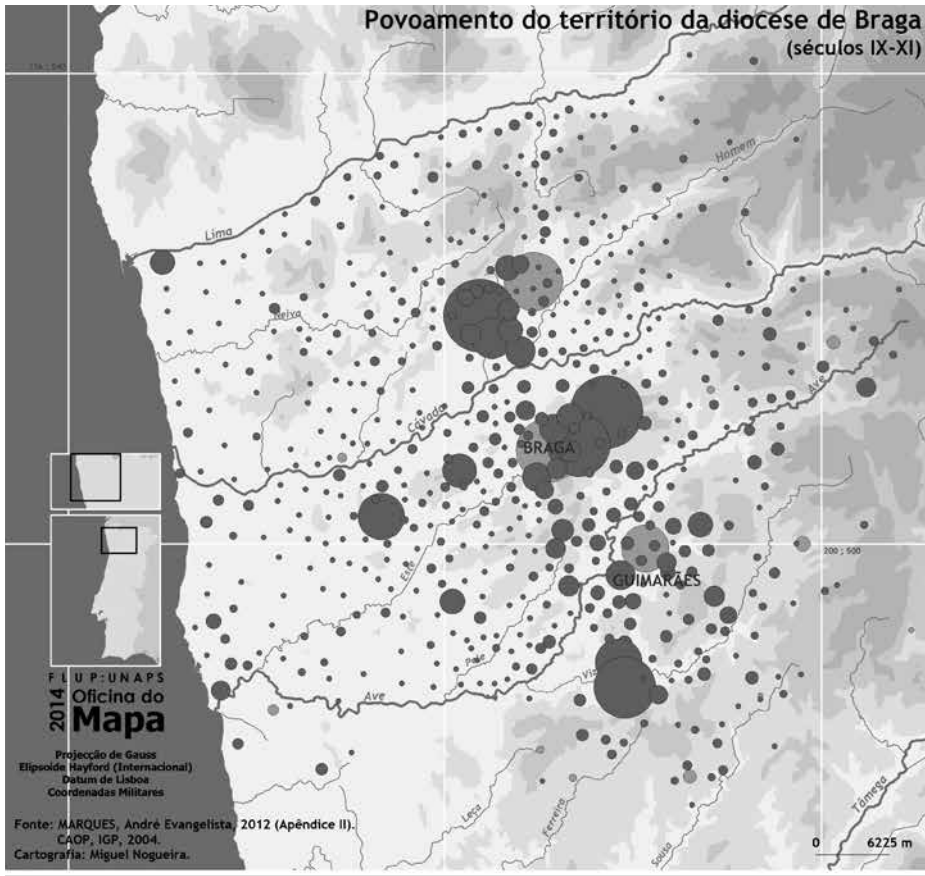
A principal conclusão a retirar deste mapa é que, mesmo a norte do Ave, o litoral minhoto está bastante longe de ser um deserto. O povoamento seria certamente mais rarefeito do que nos vales centrais da região (e no litoral a sul do Ave), mas importa não esquecer o já referido efeito de subdocumentação das áreas periféricas, tanto litorais como montanhosas. A densidade registada na faixa costeira em redor do Porto demonstra que não se pode falar numa desertificação do litoral, supostamente causada ou agravada pelas ameaças de ataque por parte de frotas muçulmanas ou vikings, como tantas vezes se escreveu²⁷.

O facto de a área envolvente do Porto ser especialmente rica, pela sua posição na embocadura de uma grande via de comunicação entre o litoral e o interior, já desde o período romano, e pela proximidade à fronteira com o al-Andaluz (sobretudo durante a primeira metade do século XI), explica uma maior densidade de ocupação²⁸. De resto, é possível admitir que uma estrutura de poder mais hierarquizada e uma rede mais densa de fortificações possibilitassem uma melhor defesa nesta zona, logo uma

²⁶ LM; LF. A lista de igrejas, conhecida pelo nome de *Censual de Entre-Lima-e-Ave*, foi publicada por COSTA, 2000: 7-231. O editor atribui este documento ao episcopado de D. Pedro, mais concretamente ao intervalo [1085-1089/91], com base num conjunto de argumentos que não nos parece suficiente para excluir uma datação da primeira metade do século XII.

²⁷ É evidente aqui a influência de A. Sampaio, para quem o povoamento e a valorização económica do litoral minhoto, ainda incipientes no período romano, só teriam avançado significativamente a partir de finais do século XI, e sobretudo depois de a conquista de Lisboa (1147) ter criado condições de maior segurança, ao diminuir os ataques muçulmanos: SAMPAIO, 1979b: 9-10, 40, 52. Embora sublinhe os perigos da pirataria viking e muçulmana (SAMPALIO, 1979b: 32-36, *passim*), o autor alude também ao «assoreamento» para explicar o retraimento das populações litorais durante os séculos IX a XI (SAMPALIO, 1979b: 49). De resto, nota que o grande impacto dos ataques muçulmanos sobre as populações costeiras parece fazer-se sentir sobretudo a partir de finais do século XI (SAMPALIO, 1979b: 35, 75); e parece valorizar, acima de tudo, a iniciativa régia na dinamização do litoral, em especial de D. Sancho I (1179-1212) e seus sucessores (SAMPALIO, 1979b: 85, 87). No entanto, a conjugação entre a ameaça viking e a pirataria muçulmana continua a ser invocada por autores que defendem a rarefacção do povoamento litoral português e galego até ao século XII: e.g. RIBEIRO, 1990: 481; MATTOSO, 1992: 502, 532; ANDRADE, 2005: 65-66; GALÁN GÓMEZ, 2007: 74; SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, 2010: 60-61; *contra* PIRES, 2017: 224-25.

²⁸ Sobre a importância comercial da região, pelo menos até aos séculos V-VI, v. ALMEIDA, 1973-1974; ALARCÃO, 1988: 1-38; SILVA, 2000; LÓPEZ QUIROGA, 2004: 92-97, 180; SILVA, 2010: 223, 227-34; GOMES, 2011; MOREIRA & SILVA, 2011; TEIXEIRA, 2011. Sobre a posição fronteiriça do território a sul do Douro, v. MATTOSO *et al.*, 1989: 30-32, 117-32.



Mapa 3. Povoamento do território da diocese de Braga (séculos IX-XI).

Fonte: MARQUES, 2014: 18, mapa 2. Mapa de Miguel Nogueira (Oficina do Mapa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

maior atractividade para o povoamento²⁹. A uma outra escala, são precisamente as diferenças de recursos e de organização política e militar que ajudam a explicar as respostas diferenciadas dadas pelo Norte cristão e pelo al-Andaluz à ameaça viking, com os segundos a conseguirem opor-lhes uma resistência mais eficaz do que os primeiros, naturalmente assente numa melhor organização dos territórios costeiros³⁰.

O importante, contudo, é sublinhar que as características da faixa litoral entre os rios Ave e Vouga ajudam a explicar o que parece ter sido um maior interesse dos vikings por esta área, face à zona mais setentrional da costa minhota. Muito naturalmente, a sua atenção dirigiu-se a um território onde a densidade do povoamento e a abundância de riquezas ofereceriam razoáveis perspectivas para a pilhagem — desde logo de igrejas e mosteiros dotados de amplos patrimónios — e para a captura de escravos ou de pessoas capazes de pagar avultados resgates.

1.1.2. O impacto das incursões vikings

Mas qual terá sido, afinal, o impacto das incursões vikings no litoral minhoto, e em particular nesta zona mais rica e densamente ocupada? A historiografia tende a avaliar esse impacto como sendo diminuto, tanto no conjunto dos reinos cristãos como no al-Andaluz³¹. Até porque, como já se disse, os ataques vikings foram transformados num *topos*, usado com evidentes propósitos propagandísticos de prelados e reis, no caso do reino asturo-leonês, e de califas omíadas e funcionários áulicos, no caso do al-Andaluz³². De resto, o Entre-Douro-e-Minho parece ter suscitado nos homens do Norte um interesse ainda menor do que os territórios mais a norte e mais a sul³³.

É certo que as referências a incursões dirigidas à «Galiza», assim genericamente definida, podem, em teoria, abranger as costas de todo o Noroeste peninsular (incluindo o território portugalense), já que este corónimo era utilizado para designar toda essa

²⁹ Sobre a rede de fortificações do litoral entre os rios Ave e Douro, até meados do século XII, v. BARROCA, 2017.

³⁰ PIRES, 2017: 225-29. No Gharb al-Andaluz, é patente um reforço das estruturas defensivas (e provavelmente administrativas) da zona litoral logo a partir de meados do século IX, a par da montagem de uma força naval fundeada em Sevilha e encarregada de patrulhar a costa atlântica, onde utilizaria alguns portos: PICARD, 1997: 7, 20-25; que desenvolve uma ideia já avançada por SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1969: 408. Isto terá estimulado o povoamento litoral, desde logo nos principais centros urbanos em torno de Lisboa (Sintra, Almada, Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal), como sugeriu PICARD, 2000: 141-42, 209, 217. Já a Norte, Afonso III terá reagido aos ataques vikings do século IX ordenando a construção do castelo de Gauzón, junto ao mar, para proteger a sede régia de Oviedo (segundo o testemunho da *Historia Silense*), e das Torres do Oeste (ou de Catoira), em Padrón, para proteger o acesso a Santiago de Compostela, segundo SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1969: 405-7.

³¹ PIRES, 2017: 223-29; CHRISTYS, 2015: 92-93, 95, 97; PRICE, 2012: 468; MORALES ROMERO, 2006: 13, 215-16; PORTELA SILVA, 2001: 129, nt. 326; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1969: 408 (qualifica de «epidérmicas» as incursões do século IX). Cf. LÓPEZ ALSINA, 2013: 234; SÁNCHEZ PARDO, 2010: 79-80, que sublinham o impacto das incursões vikings no território galego e na sua organização político-militar, sobretudo no século X.

³² CHRISTYS, 2015: 103.

³³ Como reconheceu a historiografia portuguesa desde, pelo menos, os trabalhos de BARROS, 1947: 21-23; SAMPAIO, 1979b: 32-34; VASCONCELOS, 1982 [1958]: 19-20.

área, desde logo nas fontes árabes³⁴. Mas a verdade é que a esmagadora maioria das informações que possuímos sobre incursões vikings na Península Ibérica diz respeito ao território galego, na configuração restrita que hoje tem, e ao al-Andaluz (ainda que neste caso só durante os séculos IX e X). Hélio Pires avança duas razões que poderão explicar o maior interesse dos vikings pelo território galego-português, face ao território asturiano: as características do terreno (a costa é de mais fácil penetração) e a atractividade do grande centro de peregrinação que era Santiago³⁵. No entanto, e apesar da proximidade geográfica, estas condições perdem força explicativa no caso do Entre-Douro-e-Minho. Aqui a costa é mais exposta e os estuários menos fáceis de penetrar³⁶; por outro lado, não parece haver centros de peregrinação ou grandes núcleos urbanos (como os que existiam de Coimbra para sul) a oferecer a perspectiva de pilhagens muito lucrativas. Torna-se, portanto, evidente a menor atractividade do Minho para os piratas vikings, reflectida num *corpus* de informação mais restrito.

No conjunto dos ataques que é possível identificar na Península Ibérica entre os meados do século IX e a segunda metade do século XI (quando cessam os registos), as incursões que comprovadamente atingiram a costa minhota são poucas. No mínimo duas: a de Julho de 971 (que terá entrado no rio Douro) e a de 1015-1016 (que terá assolado o Entre-Douro-e-Ave). E no máximo quatro, se aceitarmos que a expedição liderada por Gunderedo em 968-969 (ou outra pouco anterior) chegou a Guimarães; e que houve de facto uma incursão na Terra de Santa Maria por volta de 1026, o que nos parece discutível, como veremos³⁷.

Ainda assim, importa notar que todas estas incursões dirigiram-se para a já referida área de Entre-Douro-e-Ave, e possivelmente para a Terra de Santa Maria, a sul do Douro. A importância deste rio como via de penetração para o interior faz aumentar a estranheza pelo facto de a cidade do Porto nunca ser mencionada como alvo de ataque, como notou Pires, e obriga a admitir a hipótese de incursões anteriores (e posteriores) a 971 que não estão documentadas³⁸. Por outro lado, é impor-

³⁴ Para uma panorâmica das referências ao território designado pelo termo árabe ‘*Yilliyya*’, que muitas vezes designa o conjunto do reino asturo-leonês, v. CARBALLEIRA DEBASA, 2007.

³⁵ PIRES, 2017: 148-49 (cf. dúvidas expressas nas p. 222-23). O autor cita a interpretação de GARCÍA-GALLO, 1950: 603-4, para quem a maior exposição do ocidente peninsular às investidas vikings permite explicar o facto de o decreto VI.2 do concílio de Coyanza (1055) aludir — na versão copiada no *Livro Preto* da Sé de Coimbra, mas não na versão pelagiana incluída no *Liber Testamentorum* da catedral de Oviedo — aos ataques vikings (ou muçulmanos) como sendo uma das razões que permitem abrir uma excepção para a proibição de viajar ao domingo.

³⁶ Note-se, contudo, que o baixo calado dos barcos vikings (que atracavam e desatracavam à força de remos) permitia-lhe chegar a praias, por mais baixas que fossem, e subir rios, penetrando assim no interior dos territórios, como notam MORALES ROMERO, 2006: 48; BRINK & PRICE, 2012: 4.

³⁷ Sobre estas incursões e respectivas fontes, v. PIRES, 2017: 87-97 (968-969), 97-101 (971), 118-26 (1015-1016), 143-46 (1026 ou antes).

³⁸ PIRES, 2017: 99, 123. CARRIEDO TEJEDO, 1998-1999: 332-33, sugere que a ausência de referências a bispos do Porto logo a partir da década de 960 (contrastando com as restantes dioceses portucalenses, em que o mesmo só se verifica a partir da década de 980) esteja relacionada com a incursão viking de 968, depois da qual não teria sido nomeado mais nenhum bispo até às primeiras décadas do século XI. É muito escassa a informação, tanto documental

tante sublinhar que as incursões vikings não se limitaram à faixa costeira. Algumas chegaram a pontos mais interiores, atingindo áreas do mais denso povoamento em toda a região (caso de Vermoim e talvez Guimarães), pelo que terão obrigado a uma subida pelo rio Ave ou a uma progressão por terra³⁹. Regista-se, contudo, uma quase total ausência de informação sobre o impacto local destas incursões mais interiores, por oposição a umas poucas notícias documentais sobre o seu impacto na faixa costeira. Vale a pena atentar nestas notícias, que se revestem de grande importância no contexto peninsular, pela informação invulgar e detalhada que veiculam.

1.2. Interações: ataques, cativos, resgates — e assentamento?

Deixando de lado as fontes narrativas que nos informam sobre os ataques de 971 e de 1015-1016, passemos em revista os documentos que nos podem ajudar a avaliar as formas de interação entre vikings e populações locais⁴⁰. O confronto militar e os episódios de resgate de cativos são as únicas formas que a documentação explicita. Mas é muito provável, verosímil até, que esta interação tenha revestido outras formas, como aconteceu noutras zonas da Europa alvo de incursões mais frequentes do que a Península Ibérica.

1.2.1. Ataques

[1] LM 1b=PMH, DC 97 (968)

Um documento relativo à construção do castelo de Guimarães poderá ser o primeiro em toda a documentação do território portugalense a sinalizar a presença viking nesta região. Trata-se de um codicilo à carta de dotação do mosteiro de Guimarães, outorgada por Mumadona Dias em 959⁴¹. Nesse codicilo, a fundadora confirma ao mosteiro a posse do castelo mas ressalva que os seus descendentes poderiam ter o controlo da fortificação⁴². Ao certo, o documento permite-nos apenas saber que esta

como arqueológica, sobre o Porto antes do século XII, embora deva ter sido um lugar importante, tanto do ponto de vista económico como militar e político: v. SOARES, 1935: 11-29; SILVA, 2000.

³⁹ V. *infra* nas considerações feitas por Mário Barroca no ponto 2, a propósito da incursão de 1015-1016.

⁴⁰ Do ponto de vista das fontes, os ataques no Norte de Portugal podem dividir-se em três tipos: (i) os que são apenas mencionados em registos narrativos, como acontece com o ataque de 971, referido num texto da autoria de 'Isa ibn Ahmad al-Razi recolhido na secção relativa aos anos de 971-975 do *Muqtabas*, uma compilação historiográfica da autoria de Ibn Hayyan (GARCÍA GÓMEZ, *trad.*, 1967: 50); (ii) os que são mencionados apenas em registos documentais, como acontece com os possíveis ataques a Guimarães em 968 (LM 1b=PMH, DC 97) e à Terra de Santa Maria c. 1026 (PMH, DC 261); e (iii) os que são mencionados em ambos os tipos de registos, como acontece com o ataque de 1015-1016, referido na *Chronica Gothorum*, uma das versões conhecidas da recensão longa dos *Annales Portucalenses Veteres* (DAVID, 1947: 295=PMH, *Scriptores*, vol. I: 9), e num documento datado de 1018 proveniente do mosteiro de S. Salvador de Moreira (AZEVEDO, 1974: 91-93, doc. 2).

⁴¹ LM 1a(=PMH, DC 76).

⁴² É curioso o regime de tenência que Mumadona estabelece para este castelo, prevendo a sua continuação nas mãos dos filhos Gonçalo, Ônega e de outros seus descendentes, mas ressalvando que o deteriam sob a autoridade do mosteiro de Guimarães, e desde que se comprometessem a não o alienar; o que não deixa de ser sintomático da complexidade da relação patronal estabelecida entre a família e o cenóbio.

terá sido construída por iniciativa de Mumadona Dias para protecção do mosteiro, na sequência de um ataque perpetrado por gentios (*persecutium gentilium*), que teve lugar «pouco depois» de Mumadona ter outorgado a carta de dotação do mosteiro (959) e antes de 968 (data do codicilo)⁴³. A identificação destes «gentios» coloca problemas por não sabermos ao certo se o termo alude a vikings, a muçulmanos ou a ambos. Embora ressalvando sempre a dúvida, a maior parte dos autores portugueses tem-se inclinado para a identificação com um grupo viking (que no mesmo ano teriam saqueado a Galiza)⁴⁴.

Em 2012, H. Pires parecia inclinar-se também para esta identificação, invocando: (i) a distância à fonteira com os muçulmanos, que tornaria menos provável um ataque muçulmano a Guimarães (embora não esquecesse a incursão à Galiza de 953); (ii) a coincidência com a incursão de 968-969, chefiada por Gunderedo, que, tendo assolado boa parte da Galiza, poderia bem ter atacado Guimarães; e (iii) a conjuntura mais alargada de ataques vikings à Galiza nas décadas de 950-960, que desencadeou um movimento de construção de fortificações, em que Guimarães poderia integrar-se⁴⁵. Na edição mais recente do seu trabalho, o autor limita-se a enunciar os dois últimos argumentos, sem excluir a possibilidade de se tratar de muçulmanos; e reafirma a sugestão de que «talvez o uso de um termo ambíguo [*gentiles*] seja propositado de forma a referir as duas ameaças numa única palavra»⁴⁶. Independentemente das conotações étnicas que possamos atribuir-lhe, o termo «gentios» poderá, de facto, ter servido ao redactor deste documento para aludir aos «infieis» de qualquer tipo que ameaçavam a segurança do mosteiro de Guimarães.

⁴³ CARDOZO, 1967: 296-98; PIRES, 2017: 107-8, 205-6. Dois dos autores do presente texto recuam a construção do castelo aos anos de 950-951: BARROCA, 2004: 190 (950-957); AMARAL, 2007: 674 (950-951). Esta interpretação parece-me assentar numa confusão entre o castelo e o monte em que ele foi construído (objecto de referências documentais anteriores) e contradizer o nexó estabelecido no codicilo entre a construção do castelo e o referido ataque de «gentios», como procurei explicar em MARQUES & DAVID, 2013: Módulo Unidades, obs. à un. 1755; cf. *infra* o que M. Barroca escreve no ponto 2, onde está citado o texto do codicilo.

⁴⁴ ROCHA, 1730: 337-40; VITERBO, 1993, s.v. Laudomanes (cita Flórez – *España Sagrada*, XL, fl. 403); BARROS, 1947: 22, nt. 1; SAMPAIO, 1979b: 33; VASCONCELOS, 1982 [1958]: 19. É também esta a opinião de M. Barroca (v. *infra* o ponto 2), para quem o termo «gentios» não era por norma aplicado a muçulmanos (um argumento já invocado por ROCHA, 1730: 339; contra v. SAMPAIO, 1979b: 33, 108). É curioso notar, em apoio desta interpretação, que as primeiras fontes irlandesas a aludirem aos vikings, no século IX, lhes chamam também *gentiles* (BRINK & PRICE, 2012: 5). No entanto, a *Vita Sancti Rudesendi Episcopi* (a. 1172) apelida também os *sarracenos* que teriam atacado o território portugalense no tempo em que S. Rosendo fora bispo de Iria-Santiago de *paganos*: DÍAZ Y DÍAZ *et al.*, 1990: 130-33, §18-19.

⁴⁵ PIRES, 2012: 134-35, 144, 253. O autor admitia duas hipóteses relacionadas com a incursão liderada por Gunderedo: «A primeira é a de que, após a vitória contra o Bispo de Iria-Compostela, os nórdicos tenham chegado a Guimarães, antes de serem derrotados em 969 ou depois desse momento, com pequenos grupos de sobreviventes do exército de Gunderedo a dispersarem-se pelo território. A segunda é estarmos perante um bando vikingue do qual nada mais sabemos» (p. 135). O bispo Sisnando II de Iria-Santiago (bispo entre 952-968), responsável pelo reforço de estruturas defensivas em Lanzada e na própria cidade de Santiago, acabaria por ser morto pelos vikings, segundo os testemunhos da Crónica de Sampiro, da *Historia Compostellana* e do *Chronicon Iriense*: CHRISTYS, 2015: 83-84.

⁴⁶ PIRES, 2017: 107-8, 205-6 (citação na p. 206); no mesmo sentido desta última observação: CHRISTYS, 2015: 76.

A confirmar-se a identificação com os homens do Norte, esta seria a mais antiga referência a uma incursão viking no Entre-Douro-e-Minho. Mas, independentemente da identificação dos «gentios» com vikings ou muçulmanos, não é necessário que a construção do castelo respondesse a um ataque concreto a Guimarães nos anos anteriores à doação de Mumadona Dias. Pode ter sido antes uma resposta à percepção de ameaça provocada por incursões (vikings ou muçulmanas) em zonas vizinhas, como também notou Pires⁴⁷. O importante é sublinhar que, a uma escala menor do que acontece no al-Andaluz, as incursões vikings podem ter actuado, directa ou indirectamente, como estímulo para o reforço das estruturas defensivas também no Entre-Douro-e-Minho.

1.2.2. Cativos e resgates

Um segundo domínio —este mais claramente documentado— em que se manifestou a interacção entre vikings e populações locais foi o da captura e resgate de cativos⁴⁸. Para além de um conjunto numeroso de referências cronísticas, tanto em fontes latinas como árabes, este fenómeno está bem retratado em dois documentos habitualmente citados, dada a sua singularidade no contexto ibérico⁴⁹.

[2] AZEVEDO, 1974: doc. 2 (1018)

O primeiro documento, datado de 1018, relata indirectamente a captura de três irmãs, no contexto da incursão de 1015-1016 pela zona de Entre-Douro-e-Ave, e os esforços do pai, Amarelo Mestaliz, para as resgatar⁵⁰. Três anos depois, Amarelo, já doente, vende a Froila Trutesendes parte dos seus bens em Guilhabreu (freguesia do concelho de Vila do Conde), com a condição de este cuidar dele até à morte, por um preço pago em géneros (um lenço, uma camisa e um boi) e como pagamento da dívida de 15 soldos que Froila lhe emprestara para o resgate das filhas. O documento é sobejamente conhecido e os seus comentadores têm sublinhado a informação invulgarmente detalhada que ele fornece. Desde logo sobre o episódio da captura e

⁴⁷ PIRES, 2012: 134.

⁴⁸ Segundo CHRISTYS, 2015: 11, na Península Ibérica a tomada de cativos parece revestir-se de maior importância para os vikings do que o saque e destruição de igrejas (que é excepcional).

⁴⁹ Entre as fontes latinas, refira-se, por exemplo, a passagem da *Historia Silense* relativa à incursão de 968 na Galiza, chefiada por Gunderedo; entre as fontes árabes, a passagem da *História da Conquista do al-Andalus* de Ibn al-Qutiya (que cobre o período entre 756-961) relativa à incursão de 844 no território de Sevilha (*apud* CHRISTYS, 2015: 83-84 e 34-35, respectivamente). AZEVEDO, 1939: 117, 165, cita um terceiro documento, que considera indiciar a possibilidade do pagamento de um resgate aos vikings (PMH, DC 197, de 1008). A interpretação proposta parece-nos, contudo, abusiva; e nada permite relacionar os factos referidos neste texto com os vikings, como já observou PIRES, 2017: 117-18. O mesmo se diga da hipótese avançada por BALIÑAS PÉREZ, 2014: 28, nt. 77, para quem o resgate referido em PMH DC 81 (de 960), pago com bens que o autor situa na área de Ponte de Lima (sem que o texto permita afirmá-lo claramente), está relacionado com cativos tomados por vikings e não por muçulmanos.

⁵⁰ Sobre este documento, v. AZEVEDO, 1974: 85-88; PIRES, 2017: 118-23; CHRISTYS, 2015: 96; MORALES ROMERO, 2006: 206.

resgate das três irmãs, mantidas em cativeiro e libertadas mediante o pagamento de um resgate de 15 soldos em prata⁵¹; mas também sobre a própria incursão de 1015-1016: entrada dos vikings no Douro em Julho de 1015, seguida da pilhagem das terras de Entre-Douro-e-Ave durante nove meses⁵².

O que não foi até agora sublinhado é que este documento, sendo na aparência uma mera venda de propriedades, tem subjacente uma disputa dentro do próprio grupo familiar de Amarelo, um notável local («homem-bom») da zona de Guilhabreu⁵³. Este conflito está patente na recusa das filhas em aceitar a proposta do pai para que cuidassem dele na doença, com a contrapartida de virem a herdar os seus bens⁵⁴. A referência ao resgate das irmãs parece assim ter uma evidente intenção retórica, de sublinhar a dívida (material e moral) das filhas para com Amarelo, num claro contraste com o abandono a que votavam o pai. Não é apenas a informação veiculada por este documento que é excepcional. O próprio contexto em que se alude ao episódio da captura e resgate das filhas de Amarelo é excepcional e deixa adivinhar que outros casos de tomada e «venda» de cativos pelos vikings não mereceriam, por si só, ser objecto de registo, como acontece desde logo com a transacção de propriedades. O que não significa que não tenham ocorrido, talvez até em número significativo, como este texto parece dar a entender.

[3] PMH, DC 261 (1026)

O segundo documento conhecido sobre o resgate de cativos das mãos de vikings nesta região alude também indirectamente ao facto⁵⁵. Trata-se de uma carta datada de 1026, pela qual Meitilli «vende» a Otcicio um conjunto de bens em Cabanões

⁵¹ *Ibi captiuarunt tres filias de me ipso Amarelo et remansi mesquino, pasarunt Leodemanes illos catiuos a uindere toto, ipsas filias de Arnarelo [...] pro tale actio aueruauai com Froila Tructesindiz que li dedise ea per carte et dedi mici que misi pro filias meas, et sacaui eas de captiuitate [...] Isto mici placuit et illos XV solidos argenzdeos que iam de uos pressi pro in illa catiuitate* (AZEVEDO, 1974: doc. 2).

⁵² *In Era M L iij^a mense Iulio ingressi fuerunt filius et neptis Lotnimis (sic, por lotmanes) multis in Doiro, predans et captiuans de Doiro in Aue per viiije menses* (AZEVEDO, 1974, doc. 2). Rui de Azevedo sugeriu que o ataque a Vermoim, datado pela *Chronica Gothorum* de Setembro de 1016, tenha tido lugar antes em 1015, supondo que ele estaria integrado na incursão de 1015-1016 relatada por este documento de 1018 e que haveria um erro de uma unidade na era que lhe é atribuída por aquele texto analítico; mas não deixa de admitir que este ataque possa ter ocorrido de facto em Setembro de 1016, quando de um suposto regresso ao Norte do mesmo bando viking, depois de ter andado por paragens mais setentrionais entre Abril e Setembro desse ano (AZEVEDO, 1974: 87-88). PIRES, 2017: 125-26, considera a primeira hipótese admissível, mas não necessária, sublinhando que podemos até estar perante ataques de dois bandos distintos.

⁵³ Amarelo Mestaliz aparece referido num conjunto de três documentos: PMH, DC 163 (991), PMH, DC 216 (1011) e Azevedo, 1974, doc. 2 (1018). A sua condição de proprietário local foi sublinhada por AZEVEDO, 1974: 85-86.

⁵⁴ *Dum uenimus ad anno pleno integro cadiuit ego Amarelo in mesquinitate et in infirmitate per annos malos et non aueua in meo iure pan nec aligo genere causa que aprestamo ominis est per que uiuere fecissem a meas fillias carta que partissent mea ereditate in terciis post mea morte pro que eram de singulas matres et pro it (sic) dedissent mici uictum et uestitum et curiasent me et seruissent in mea uita, et non abuerunt (sic, por abnuerunt?) unde, et deleisciarunt me mal in mea infirmitate* (AZEVEDO, 1974: doc. 2).

⁵⁵ Sobre este documento, v. VITERBO, 1993, s.v. kemiso; VASCONCELOS, 1982 [1958]: 21; CARDOSO, 1929: 53-56; PIRES, 2017: 143-47; MORALES ROMERO, 2006: 207-8; CHRISTYS, 2015: 96.

(freguesia de Ovar (S. Cristóvão), concelho de Ovar), como contrapartida por este ter pago o resgate do(a) próprio(a) Meitilli e de sua filha Goncinha, no valor total de 70 moios (divididos entre uma espada, uma camisa, três lenços, uma vaca e três moios de sal)⁵⁶. São várias as questões que este documento levanta.

Em primeiro lugar, não indica a data dos factos, pelo que é bem possível que estejam relacionados com a incursão de 1015-1016, como defenderam Gama Barros e Rui de Azevedo, e como deixa subentender o uso do pretérito (*eram*) na referência aos homens que terão supervisionado o pagamento do resgate⁵⁷. O documento pode assim não aludir a um ataque independente ocorrido em «1026 ou antes», nem é necessário que esse suposto ataque tenha ocorrido na zona de Santa Maria da Feira, como pretende Pires, ao tomar a identificação das propriedades transaccionadas como um indicador da origem dos cativos, logo do lugar do ataque⁵⁸. Importaria perceber melhor o estatuto social dos intervenientes, mas tanto aristocratas como membros das elites camponesas podiam mover-se num raio geográfico que ultrapassa a esfera local. De qualquer forma, continuamos sem sair da área envolvente da embocadura do Douro, onde vimos ser mais activa a presença viking, tanto quanto a documentação nos permite saber.

Há depois um conjunto de problemas em torno do resgate propriamente dito. Pago em géneros, ao contrário do que vimos acontecer em 1018, este resgate compreende um conjunto de bens (incluindo uma espada!) que caberiam numa qualquer transacção banal. De facto, é esta a impressão que se colhe do documento, até porque o resgate é explicitamente classificado como uma «compra»⁵⁹. Que esta não foi uma transacção banal deduz-se, contudo, do facto de o pagamento do resgate ter sido feito na presença de três homens que «habitavam» numa «casa de Sta. Maria da Cividade» (actual concelho de Santa Maria da Feira). Gonzaga de Azevedo supôs que estes homens seriam autoridades locais coniventes com os vikings, a quem seria devida uma parte do resgate⁶⁰. Mas Pires sugere antes que essa presença poderia ter a função de «organizar ou sancionar o resgate, reforçando assim a sugestão de que houve uma negociação, neste caso sob os auspícios das autoridades locais»⁶¹.

Era, de facto, comum que transacções com um carácter excepcional fossem celebradas na presença de autoridades (ou mesmo assembleias) locais que, mais do

⁵⁶ *pro que comparastes nobis de kaptibo mici meitilli cum filia mea guncina et sakastes nobis de barcas de laudomanes et dedistis pro nobis uno manto lobeno et una spada et I° kamisso et III lenzos et una uaka et III modios de sal finto sub uno LXX modios ante ipsos domnos que abitantes eram in cassa de sancta maria de ciuitate tedon galindici et fredenando gundissalbici et ero tellici et de pretio abut uos non remansit pro dare* (PMH, DC 261).

⁵⁷ BARROS, 1947: 23; AZEVEDO, 1974: 87.

⁵⁸ PIRES, 2017: 143-44.

⁵⁹ Já em 1018 Amarelo Mestaliz dizia que os vikings tinham «vendido» os cativos entre os quais estavam as suas filhas (AZEVEDO, 1974: doc. 2).

⁶⁰ AZEVEDO, 1939: 165.

⁶¹ PIRES, 2017: 145.

que intermediar, davam força ao negócio. E não será de excluir a possibilidade de estes homens estarem presentes para assegurar a protecção de quem pagava o resgate face aos próprios vikings⁶². O documento parece indicar que os cativos seriam mantidos nos próprios barcos (sinal da curta duração do cativo). Mas também se pode admitir que o fossem em alguma base viking, que podia mesmo aproveitar construções pré-existentes⁶³.

A captura de cativos e o pagamento de resgates devem ser entendidos no contexto das necessidades de abastecimento das frota vikings, que na maior parte das vezes estariam apenas de passagem, não tendo o Entre-Douro-e-Minho como destino final⁶⁴. Os cativos seriam assim moeda de troca por mantimentos⁶⁵, com destaque para o sal. Mas também é possível relacionar a captura de cativos com o tráfico de escravos feito pelos vikings⁶⁶. Havia, aliás, na Península Ibérica deste período, e em especial nos territórios de fronteira, uma dinâmica intensa de captura e resgate de cativos, que não só alimentava o mercado de escravos, seja nos reinos cristãos seja

⁶² Cabe ainda perguntar se os três homens (*habitantes in casa de sancta maria de civitate*) não seriam antes eclesiásticos. O documento é escrito por um abade (*Aba uasculum notuit*), que poderia ser membro da dita *casa de sancta maria*, caso aceitemos que o termo *casa* alude aqui a uma instituição monástica; ou mesmo abade do mosteiro de Pedroso, onde foi conservado o documento (embora este mosteiro tenha sido fundado entre 1017-1026, não é conhecido o nome de nenhum abade antes de 1072: MATOSO, 2002: 31). Mas a verdade é que o termo *casa* aparece a designar não só mosteiros mas também centros dominiais (tanto monásticos como aristocráticos): MARQUES, 2014: 248, 302-3.

⁶³ PIRES, 2017: 145; MORALES ROMERO, 2006: 216.

⁶⁴ Estas necessidades estão patentes nos relatos de fontes de diversa cronologia. Entre as mais antigas está a já referida *História da Conquista do al-Andalus* de Ibn al-Qutiya: atacados pelas forças andaluzas no lugar de Quintas de Moafer, dois dos bandos vikings que atacaram Sevilha em 844 foram forçados a fugir para os seus barcos, parando apenas no caminho para trocar os cativos que tinham feito por tecidos e provisões (*apud* CHRISTYS, 2015: 34-35). Um segundo exemplo encontra-se no relato feito pela *Morkinskinna* e outras fontes nórdicas da passagem da frota de Sigurd pela Galiza, algures entre 1107-1110 (*apud* PIRES, 2017: 162-63). Tendo invernado na «terra de Santiago», onde chegou em Outubro, Sigurd negociou com o governante do território o estabelecimento de um mercado onde a sua frota pudesse abastecer-se. Posto em causa este abastecimento por altura do Natal, o exército norueguês atacou o castelo do dito governante e recolheu um abundante saque, antes de voltar a partir. A mesma tentativa de montagem de um mercado local para abastecimento é referida na *Orkneyinga Saga*, a propósito da passagem pela Galiza de uma frota chefiada por Rögnvaldr Kali Kolsson, *jarl* das Ilhas Orkney, também a caminho de Jerusalém (*apud* PIRES, 2017: 164-66, que sugere que o relato relativo à expedição de Sigurd possa ter-se inspirado na versão poética original do relato da expedição de Rögnvaldr Kali Kolsson, só mais tardiamente recolhida na *Orkneyinga Saga*).

⁶⁵ V. um exemplo em CHRISTYS, 2015: 35. O sal é uma das mercadorias referidas no pagamento do resgate de PMH, DC 261. Não deve, contudo, exagerar-se a sua importância na explicação das incursões vikings à Península Ibérica, como mostrou PIRES, 2017: 51.

⁶⁶ Sobre a relação entre a tomada de cativos na Península Ibérica e o tráfico de escravos operado pelos vikings, v. CHRISTYS, 2015: 11-12, 56-57; MORALES ROMERO, 2006: 166, que aludem ambos à venda de escravos oriundos do Magreb em Dublin logo na década de 860, registada por uma fonte tão problemática como os *Fragmentary Annals* irlandeses. Embora escassamente documentado, o tráfico de escravos (tanto eslavos, trazidos pelos vikings, como ibéricos e magrebinos, por eles levados para o Norte) poderá ter sido mais importante do que Christys sugere, ao considerar que a tomada de cativos estava relacionada sobretudo com a exigência de resgates. A importância dos vikings no abastecimento de escravos ao al-Andalus no período omíada foi sublinhada por COLLINS, 1995: 192. Mas as notícias da existência de cativos a bordo de frota vikings envolvidas em incursões no território português podem ser interpretadas como indícios da captura de cativos em paragens anteriores ao longo da mesma costa, como sugere PIRES, 2012: 130, a propósito da indicação de Ibn Idhari de que havia prisioneiros a bordo dos navios vikings derrotados pela frota muçulmana que os atacou ao largo de Silves em 966.

no al-Andaluz, como acabava por enquadrar uma parte significativa das trocas de outros produtos entre o Norte e o Sul da Península.

Chamando a atenção para a dupla possibilidade de resgate ou venda dos cativos como escravos, Amancio Isla notou já o paralelo entre o *modus operandi* dos vikings e o dos muçulmanos no que toca à tomada de cativos⁶⁷. Deve por isso admitir-se a possibilidade, já sugerida por Pires, de as negociações envolvidas no resgate de cativos — sobretudo nos casos em que se teriam prolongado por alguns meses, como aconteceu com Amarelo Mestaliz — terem ocasionado o estabelecimento de trocas comerciais entre vikings e locais⁶⁸. Aliás, aquelas negociações poderiam revestir-se de uma dimensão bem mais amistosa, ao ponto de os vikings ajudarem homens do Norte peninsular a fugir da sua própria terra, como terá acontecido com um asturiano vítima da ira do rei Afonso V, que terá fugido *ad alias terras in barcas de Lodmanos* nos inícios do século XI⁶⁹.

A verdade, porém, é que não há provas claras, desde logo no registo numismático, de um comércio regular entre os vikings e as populações ibéricas⁷⁰. Se alguma coisa se pode saber ao certo dos dois documentos analisados é que o pagamento de ambos os resgates terá deixado os próprios cativos (ou os seus familiares) endividados ao ponto de terem de alienar propriedade para pagar essas dívidas. Trata-se, portanto, de transacções a todos os títulos excepcionais. A impressão que fica destes

⁶⁷ ISLA FREZ, 1992: 102. O autor confronta o referido documento de 1026 aqui comentado (PMH, DC 261) com um outro caso de resgate que supõe ser pago a muçulmanos, embora o documento não explicita a identidade de quem o recebeu (PMH, DC 239, de 1018) — a sugestão do autor dever-se-á ao facto de o resgate ser intermediado por judeus?

⁶⁸ PIRES, 2017: 122; a mesma sugestão foi feita, a propósito do al-Andaluz, por PRICE, 2012: 464-65.

⁶⁹ *et abia ila villa [de Erias] Felix ea de nos per karta, et tenente ila villa in suo iure venit ili a Felix iram de Rex domno Adefonso et exhibit de terra et fuit ad alias terras in barcas de Lodmannos [...]*: FLORIANO LLORENTE, 1968: 72-74, n.º XXX (de 1028). FERNÁNDEZ CONDE & TORRENTE FERNÁNDEZ, 2007: 190, sugerem que Félix poderá ter traído o rei colaborando com os próprios vikings, mas a verdade é que desconhecemos os motivos que o levaram a incorrer na ira régia, como notou MORALES ROMERO, 2006: 205. Já é excessiva afirmação deste autor quando sugere que «El hecho de que Félix Agelazi utilizase para su fuga los barcos de los vikingos parece indicar la presencia más o menos permanente de una flota nórdica en aguas del Cantábrico y las costas de Galicia» (MORALES ROMERO, 2006: 205). ALONSO RODRÍGUEZ, 2009: 185-86, chama a atenção para a aquisição pelo dito Félix, no seu regresso, e através de um escambo com a rainha Vesquita, de uma villa e de um porto a ela associado, que poderia constituir uma infra-estrutura destinada à actividade comercial.

⁷⁰ KROMANN, 1988; MORALES ROMERO, 2006: 112-14, 224-25, que chamam a atenção para a escassez de moeda de origem hispano-muçulmana (apenas 39 numismas) entre os mais de 60.000 dinares de diversas proveniências encontrados na Escandinávia; destacam a importância de um pequeno tesouro descoberto em Heligholmen (uma ilha sueca, a sul da ilha de Gotland), composto por 24 moedas provenientes do al-Andaluz, datadas entre 778-779 e 1012-1013; e Morales alude ainda a «un determinado número de monedas con caracteres cúficos halladas en tesorillos noruegos del período [que] eran de procedencia andalusí y probablemente llegaron a Noruega vía Irlanda» (MORALES ROMERO, 2006: 168). O tesouro de Heligholmen tem sido interpretado, por estes e outros autores, como resultado de um contacto directo (por via do comércio ou do saque) entre a Península Ibérica e a Escandinávia. A cronologia das moedas pode mesmo sugerir que teriam sido levadas na sequência da incursão de 1015-1016 ou de outra posterior, mas não há nenhuma certeza quanto à sua origem. Em suma, é mínima a evidência de moedas ibéricas na Escandinávia, em manifesto contraste com a enorme abundância de moeda árabe proveniente do Oriente, encontrada sobretudo na Suécia (CHRISTYS, 2015: 6, 8). Os *Fragmentary Annals* irlandeses, que apresentam informação detalhada sobre a Península Ibérica e o Magreb, podem denunciar contactos mais ou menos frequentes já no século IX, mas não são suficientes para sugerir a existência de trocas regulares (v. CHRISTYS, 2015: 56-57; cf. p. 24).

textos é a de um carácter episódico da interacção entre vikings e populações locais no Entre-Douro-e-Minho. Terá havido certamente mais episódios de ataques e tomada de cativos, e a presença dos vikings no território portugalense terá sido mais prolongada do que normalmente reconhecemos⁷¹. Mas será possível afirmar que esta presença deixou alguma vez de ser ocasional?

1.2.3. Assentamento?

Colonos

Segundo H. Pires, tanto os contactos entre vikings e locais com vista ao resgate de cativos como a possível captura dos primeiros pelos segundos, na sequência de derrotas que algumas fontes registaram, podem ter ocasionado o assentamento de alguns vikings neste território, como «colonos». Que este seja «um fenómeno passível de ser ignorado pelas principais fontes escritas ou de deixar poucos ou mesmo nenhum vestígio material» explicar-se-ia pelo facto de ter ocorrido a uma escala muito menor do que noutras zonas da Europa, como a Normandia ou as Ilhas Britânicas; ainda que a intensidade dos ataques entre c. 950-1066 seja considerável⁷². Mas a verdade é que nenhum dos indicadores normalmente invocados (a toponímia e as supostas influências vikings na construção naval peninsular) fornece prova material suficiente; o que leva o autor a concluir que, a ter existido, essa colonização «não foi nem de grande dimensão nem, pelo que sabemos, intensa na generalidade do território galego-português»⁷³.

Não é este o lugar para discutir os indícios antroponímicos e toponímicos da presença viking no Noroeste peninsular; discussão que, em todo o caso, compete antes de mais aos filólogos. Mas importa arrolar aqui as escassas referências documentais que permitem admitir — mas não confirmam — a hipótese de um assentamento mais estável⁷⁴. Trata-se de um conjunto certamente incompleto, mas que inclui um ou outro dado que os autores citados não referem.

No domínio da antroponímia, importa citar três documentos que aludem a possíveis vikings (ou seus descendentes) já instalados no território hoje português,

⁷¹ Até porque, como notou MORALES ROMERO, 2006: 88, «los ataques vikingos a la Península Ibérica no son episodios aislados, sino que se producen como consecuencia de la ampliación del radio de acción de las bandas vikingas que operaban en el Canal de la Mancha y el Mar de Irlanda».

⁷² PIRES, 2012: 257-58; PRICE, 2012: 468: «The intensity of these attacks [entre 951 e 1066] against the Spanish Christians may imply some kind of attempt at settlement or even conquest: the assaults of 968-71 and 1047-66 seem to have been virtually military campaigns. The documentary sources are unfortunately too meagre to draw any firm conclusions, and in the absence of new archaeological evidence the motivations behind the latter Viking raids on northern Spain remain obscure».

⁷³ PIRES, 2012: 263; o autor tratou este problema da colonização viking de forma mais breve e ainda mais prudente na última versão da obra: PIRES, 2017: 209-16; v. tb. p. 122-23.

⁷⁴ Esta hipótese parece ser aceite, para a Galiza, por LÓPEZ ALSINA, 2013: 234, nt. 340.

mais concretamente na área litoral em torno do Porto, que vimos ser aquela em que está documentada uma maior presença viking:

[4] PMH, DC 185=LP 522 (1001): testamento de um tal Donaciano, entre cujas testemunhas está um *Fromarigu Leodemariz*. Trata-se de um documento sem qualquer referência toponímica, pelo que não é possível situá-lo no território.

[5] PMH, DC 295=LP 362=511 (1037)⁷⁵: venda de uma propriedade em Real (concelho de Matosinhos), feita pelo conde Gonçalo Forjaz a um Halaf. O conde recebera essa propriedade de um servo seu, Godesteo, filho de *Leodemaro*; sendo que entre as testemunhas do documento está um VICTENANDO *Leodemarizi* (irmão de Godesteo?)⁷⁶.

[6] RIBEIRO, 1857-1896, I, Ap. n.º 15 (1046)⁷⁷: doação feita por Transtina Pinioliz a sua irmã Sancha Pinioliz de um amplo conjunto de propriedades (dispersas por vários lugares a sul e a norte do Douro), entre as quais: *nostras ganatas, que ganavimus ic in Palmacianos, ubi avita Leodemaro*⁷⁸.

No que diz respeito à toponímia (tanto de base antroponímica como etnonímica) que remete para pessoas ou grupos oriundos do Norte da Europa, são normalmente referidos três lugares em todo o Noroeste peninsular, dos quais apenas um está situado no actual território português, ainda que já fora da área aqui em estudo⁷⁹:

- (i) Lordemanos (Cimanes de la Veja, Tierra de Campos, León), cujo topónimo aparece referido num documento de 1064, como elemento confinante com a *villa* em que se localizavam as propriedades transaccionadas⁸⁰.
- (ii) Lordemão (concelho de Coimbra), cujo topónimo aparece referido na doação de uma propriedade aí situada, feita pela rainha D. Teresa a Gonçalo *Aluane* algures entre 1121 e 1125⁸¹.

⁷⁵ Documento proveniente do cartório do mosteiro de Leça.

⁷⁶ O patronímico consta apenas de LP 511 [C]; em LP 363 [B] está tão-somente: VICTENANDO ts. Sobre estas referências antroponímicas e a proximidade de Real ao lugar da Mota de Adaúlfo (Perafita, Matosinhos), possivelmente relacionada com os vikings, v. *infra* as considerações de Mário Barroca no ponto 2.

⁷⁷ Documento proveniente do cartório do mosteiro de Pedroso.

⁷⁸ É possível acrescentar outros documentos produzidos fora do território portugalense, alguns dos quais não estão necessariamente relacionados com vikings, mas com «normandos», no sentido amplo de homens vindos do Norte, como poderá ser o caso de um presbítero de nome *Lorman* referido numa constituição do bispo D. Diego de León datada de 1120 (CL(V) 1367).

⁷⁹ CHRISTYS, 2015: 16; MORALES ROMERO, 2006: 87-88. A generalidade dos autores sugere que estes lugares corresponderiam a assentamentos. Embora reconhecendo que a interpretação dos três topónimos é pouco clara, PRICE, 2012: 465, sugere que eles poderiam corresponder a «sites where Scandinavians came regularly to barter».

⁸⁰ CL(IV) 1128: *de una parte termino de Lordomanos*. Segundo PIRES, 2017: 97, este topónimo pode «indicar um local onde os vikings estiveram ou se fixaram».

⁸¹ DMP, DR 59: *hereditate quam habui in termino de Colimbrie in loco qui dicitur Lordomam*; comentado por PIRES, 2017: 212-13.

- (iii) Por fim, há um terceiro documento, datado de 979, que alegadamente refere uma «cidade dos *Lodimanos*» na demarcação de uma propriedade situada nas proximidades do rio Ulla, na zona de Pontevedra (Galiza); embora deva sempre admitir-se a hipótese de o texto aludir a uma base de inverno e não a um assentamento permanente⁸².

Haverá talvez outros exemplos ainda não identificados, mas a verdade é que aqueles que conhecemos são insuficientes para confirmar uma presença estável de vikings no Noroeste peninsular, e muito especialmente no Entre-Douro-e-Minho.

Acampamentos

Mais força parece ter a hipótese, defendida por H. Pires num contexto desligado do problema da «colonização», de terem sido construídas no território portugalense bases de inverno vikings, semelhantes a outras instaladas em vários pontos das costas britânica e francesa a partir da década de 840⁸³. Esta hipótese vem ao encontro de alguma evidência toponímica e arqueológica que sugere a permanência de vikings durante breves períodos de internagem noutras zonas da Península⁸⁴. Note-se, contudo, que estas bases, a existirem, teriam uma duração curta, destinando-se apenas ao apoio logístico durante incursões mais prolongadas (algumas estendendo-se por vários meses). Aliás, poderiam ter servido de ponto de partida para ataques a cidades do al-Andaluz, mais ricas e fortificadas do que os pequenos núcleos populacionais do litoral portugalense. Seja como for, dificilmente a sua existência seria tolerada por muito tempo pelos poderes locais, por constituírem uma ameaça permanente. E, por isso, dificilmente podem ter dado origem a povoações estáveis; o que não significa que se deva negar qualquer forma de assentamento viking neste território. São duas as bases de inverno que Pires sugere terem existido nesta região.

A primeira estaria situada na zona de Entre-Douro-e-Ave e seria indiciada pela longa duração da incursão de 1015-1016, que começou em Julho de 1015 e terá durado nove meses, durante os quais a zona foi saqueada. O autor avança esta hipótese com base em dois argumentos principais: (i) a necessidade que os vikings teriam de acampar, armazenar mantimentos e assegurar a defesa dos próprios navios

⁸² LUCAS ÁLVAREZ, 2003: 169-70, doc. 8; *apud* LÓPEZ ALSINA, 2013: 234, nt. 340 (que considera este lugar um assentamento «estável»); MORALES ROMERO, 2006: 87-88; CHRISTYS, 2015: 81 (cita erradamente a edição de Lucas Álvarez). Note-se que esta referência consta apenas de um resumo do século XVII (onde o documento está datado de 966). O documento original está hoje muito mutilado e só deixa ler o protocolo final. O autor do resumo, parafraseando talvez o texto original, dá claramente a entender que este assentamento viking já não existiria no momento em que o documento foi escrito: «Ordoño Laurencio dona al monasterio de San Martín la heredad que tenía en la villa de Campaña [...] cerca del río Ulla, como se demarcan por el río Louro y con Cordeiro y Valga, y hasta donde estuvo la ciudad de los Lodimanos» (*apud* LÓPEZ ALSINA, 2013: 234, que data erradamente o documento de 996).

⁸³ Paralelos assinalados em PIRES, 2012: 88-89, 96, 114, 173-74; PIRES, 2017: 51, 55, 71.

⁸⁴ CHRISTYS, 2015: 6.

(uma frota/exército que teria provavelmente alguma dimensão), a propósito do que invoca paralelos conhecidos arqueologicamente nas costas inglesas; (ii) o episódio do cativo das filhas de Amarelo Mestaliz, que pressupõe um intervalo de tempo e uma logística de cativo e resgate que indiciam a existência de lugares de detenção dominados pelos vikings⁸⁵.

A segunda base de inverno estaria situada na Terra de Santa Maria e o autor deduz a sua existência da negociação de um resgate de cativos com as supostas autoridades desta *civitas*, relatada na já referida carta de 1026⁸⁶. Tal negociação pressuporia um intervalo de tempo mínimo para a presença dos vikings nesta zona, uma certa proximidade com as ditas autoridades e «no mínimo, um acampamento no local de desembarque, passível de ser identificado como o ponto onde os piratas se encontravam e, com eles, as pessoas cativas»⁸⁷. Como vimos, é discutível a ideia de negociação em torno do pagamento do resgate e sobretudo a tese de que seriam autoridades locais os intermediários da negociação do resgate; já para não falar da atribuição deste episódio ao ano de 1026, associando-o a um suposto ataque que teria versado especificamente a área costeira a sul do Douro. Tudo isto torna bastante estreita a margem para aceitar a hipótese de uma base viking na zona de Santa Maria da Feira.

Em suma, ataques, tomada e resgate de cativos e assentamento (provavelmente de carácter não permanente) terão sido as principais formas de relacionamento entre os vikings e as populações do território português, segundo o registo documental. É discutível a frequência e o grau de proximidade que esse relacionamento atingiu em cada uma das formas. Mas a interacção não pode ser negada, mesmo se a informação de que dispomos é tão escassa e não nos permite documentar mais do que contactos episódicos.

2. O REGISTO ARQUEOLÓGICO⁸⁸

Apesar de, como acabamos de ver, a interacção entre vikings e populações peninsulares, nomeadamente do Noroeste da Península, ter ocorrido em diferentes momentos entre os meados do século IX e o primeiro quartel do século XI, são muito escassos os testemunhos arqueológicos que se podem relacionar seguramente com a presença de vikings no espaço ibérico. Assinalemos, a este propósito, uma pequena caixa em haste de cervo ou de rena, com 44 mm de altura e 33 mm de diâmetro, provavelmente destinada a guardar fichas de jogo (certamente o *Hnefatafl*, jogo de tabuleiro viking). Em momento não determinado, foi incorporada na Colegiada de

⁸⁵ PIRES, 2012: 91, 172-74; PIRES, 2017: 121: avança a hipótese de uma localização nas margens do Douro, admitindo que pudesse haver mais do que uma base; cf. a localização junto da foz do Ave sugerida por Mário Barroca no ponto 2.

⁸⁶ PMH, DC 261.

⁸⁷ PIRES, 2012: 189; PIRES, 2017: 145.

⁸⁸ Por Mário Barroca.

León, onde passou a servir de lipsanoteca, resguardando relíquias. É possível que tenha feito parte da grande doação de 1063, feita por Fernando I, o Magno, e por D. Sancha à Colegiada de San Isidoro aquando da sua fundação, mas o certo é que a caixa não é mencionada entre as peças discriminadas no diploma da doação régia. Esta pequena caixa, que hoje pertence ao Tesouro da Colegiada de San Isidoro, em León, foi publicada pela primeira vez por Manuel Gómez Moreno, que registou a sua singularidade, sugerindo ser obra de arte saxónica⁸⁹. Pouco depois foi estudada por Adolph Goldschmidt, que a classificou de origem «sueca» e a datou à volta do Ano Mil⁹⁰. Depois destas duas referências pioneiras, a caixinha de León permaneceu esquecida durante várias décadas. Em 1990 foi de novo estudada e valorizada por Eduardo Morales Romero e pelos investigadores dinamarqueses Jan Skamby e Keld Hansen. Eduardo Morales Romero publicou-a em 2004, atribuindo-a à segunda metade do século X⁹¹. O mais recente estudo foi consagrado em 2010 por Else Roesdahl, que sugeriu a possibilidade de ter sido expressamente criada para servir de píxide ou de lipsanoteca cristã, dada a ausência de paralelos rigorosos no mundo escandinavo, atribuindo a peça ao século X e ao estilo Mammsen⁹². Curiosamente, na Colegiada de San Isidoro conservam-se outras lipsanotecas que resultam da adaptação de peças eborárias concebidas para outras funções, como é o caso da Caixa das Lebres, obra muçulmana (ou, quando muito, moçárabe) que, depois de incorporada na Colegiada, passou igualmente a servir de lipsanoteca⁹³, e de outras pequenas caixas, algumas com legendas árabes, que cumpriram idênticas funções⁹⁴. A presença destas peças de luxo em instituições religiosas espelha uma prática relativamente corrente nas monarquias cristãs emergentes: a de se assinalar e agradecer a protecção divina em vitórias militares entregando uma peça emblemática à Igreja. Mas elas também podem resultar de ofertas, reflectindo contactos e relações entre as várias comunidades. É o que sugeriu Ángel Galán y Galindo para o Cofre muçulmano da Sé de Braga, que era usualmente datado de [1004-1008] e interpretado como resultado de saque de guerra, e que aquele investigador espanhol sugeriu poder ser antes uma oferta do próprio Abd al-Malik ao conde portugalense, D. Mendo Gonçalves, em 1004, quando Abd al-Malik arbitrou uma querela entre o conde Sancho Garcia e o conde portugalense em torno da tutela do jovem rei leonês, Afonso V⁹⁵. Poderia a caixa de León também resultar de uma oferta diplomática, desta vez viking?

⁸⁹ GÓMEZ MORENO, 1925: (1) 195; (2) fig. 195 e 196.

⁹⁰ GOLDSCHMIDT, 1926: 57 (N.º 298a-b).

⁹¹ MORALES ROMERO, 2006: 115-122.

⁹² ROESDAHL, 2010: 157-159.

⁹³ GALÁN Y GALINDO, 2005: 70-72.

⁹⁴ GÓMEZ MORENO, 1925: (1) 163-165.

⁹⁵ GALÁN Y GALINDO, 2005: (2) 53-55. Do ponto de vista cronológico, este autor recua a execução do Cofre bracarense para o período de [994-1002].

Para além da pequena caixa de León não se conhecem mais exemplos seguros de testemunhos vikings em solo peninsular. O duplo báculo de San Pelayo, do século IX-X, que se conserva na Catedral de León e que durante algum tempo foi apontado como sendo viking (em boa medida por uma errada identificação da sua matéria-prima), foi afastado do rol das peças de origem nórdica. Resta apenas a notícia, veiculada pela imprensa espanhola, do aparecimento de restos de um *drakar* viking, atribuído ao século IX, encontrado em Agosto de 2008 no rio Bidasoa (Vera de Bidasoa, Guipúzcoa) e que foi relacionado com a incursão viking de 858 sobre Pamplona. O achado aguarda, no entanto, estudo monográfico que o caracterize de forma mais fundamentada e segura.

Portanto, e como se pode verificar, os testemunhos materiais relacionados com os vikings em solo ibérico são escassíssimos. Mas podemos recuperar outros dados.

Com efeito, é provável, como foi antes referido, que a fundação do Castelo de Guimarães e a sua doação ao mosteiro vimaranense (em 968) tenham sido respostas às ameaças vikings que se faziam sentir por essa altura. O castelo, construído entre os penedos do *Mons Latito* (Monte Largo), resultou de iniciativa condal e, na nossa opinião, deve ter sido erguido por volta de 950. Com efeito, julgamos que o primeiro documento que o refere, ainda que de forma indirecta, é um diploma do *Livro de Mumadona* que, na recente edição daquele cartulário, recebeu a datação crítica de [d. 950, Julho, 24 – a. 951, Janeiro, 5]. Nele se refere o «cenobio nuncupato Vimaranes que est fundata ad radice montis Latito inter duas amnes Aue et Auizella urbium Bracarensis»⁹⁶. A expressão *ad radice*, que alterna na nossa documentação com a expressão *subtus mons*, revela, na nossa opinião, uma relação de dependência militar. Depois deste primeiro diploma, o Monte *Latito* volta a ser referido em 26 de Janeiro de 959 (*ab alpe Latito*)⁹⁷, em 20 de Julho de 959 (*territorio Lattito*)⁹⁸, em 10 de Março de 961 (*subtus monte Latito*)⁹⁹ e a 10 de Dezembro de 968 (*subtus alpe Latitus*)¹⁰⁰. Mas a nossa interpretação de que estas referências documentais ao Monte Largo são, de uma forma indirecta, testemunho da existência de um castelo não é consensual. André E. Marques, neste mesmo texto, afasta este tipo de referências e aceita que o castelo de Guimarães apenas se documenta a partir de 968. Mas, quer tenha sido fundado c. 950, quer pouco antes de 968, o que importa para este nosso estudo é o teor do conhecido diploma de 4 de Dezembro de 968, pelo qual a condessa Mumadona Dias doou o castelo aos monges e monjas do mosteiro de

⁹⁶ LM 49 = PMH, DC 71; VMH, 8.

⁹⁷ LM 1a = PMH, DC 76; VMH, 9.

⁹⁸ LM 54 = PMH, DC 77; VMH, 341.

⁹⁹ LM 62 = PMH, DC 82; VMH, 12.

¹⁰⁰ LM 67 = PMH, DC 99; VMH, 15.

Guimarães. Nessa doação a Condessa declara expressamente que o fazia por receio do ataque dos *gentios*:

*Post non multo vero temporis quod hunc series testamenti in conspecto m[u]ltorum est confirmatum persecutio gentilium irruit in hujus nostre religionis [sic] suburbium et ante illorum metum laborauimus castellum quod vocitant Sanctum Mames in locum predictum alpe Lat<i>to quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus eum fratribus et sororibus ipso monasterio persistentibus [...]*¹⁰¹.

A expressão usada — *persecutio gentilium* —, já acima abordada e valorizada por André E. Marques, é muito interessante. Obviamente refere-se a povos que não professavam a religião cristã. Mas, na nossa documentação, os muçulmanos não costumam ser tratados como «gentios». São normalmente designados «mouros». Parece, portanto, haver alguma intencionalidade no uso desta expressão: designar outras ameaças não cristãs, embora não muçulmanas. Ora, nesta altura, o espaço controlado pela monarquia leonesa estava sobretudo sujeito a duas ameaças: a dos povos do Sul, os muçulmanos; e a dos povos do Norte, do Mar, os vikings. Parece-nos ser lícito, portanto, supor que esses *gentios* fossem, afinal, vikings.

Sensivelmente coeva da doação do Castelo de Guimarães, de 968, temos a incursão de Gunrød ou, como as fontes cristãs memorizaram, Gunderedo sobre a Galiza. Ocorrida entre 968 e 969, a expedição de Gunderedo parece ter incidido na Galiza, começando pela ria de Arousa, subindo o rio Ulla e internando-se na zona de Iria Flávia e de Compostela, mas não é de excluir que possa ter também atacado zonas a sul do rio Minho, uma região que estava, para mais, fragilizada por recentes razias muçulmanas. Para além do mais, tratava-se de uma zona densamente povoada, bem agricultada, dotada de uma rede de mosteiros, tudo condições ideais para a obtenção de bons lucros, quer por saque, quer por resgate.

Na *Vida de S. Rosendo* refere-se estes tempos conturbados, assinalando-se a ausência do rei, Sancho I de Leão, a invasão normanda da Galiza, na qual morreu o bispo Sisnando, e as devastações muçulmanas sobre o Entre-Douro-e-Minho. É certo que o texto é de produção tardia, não anterior à segunda metade do século XII (talvez por volta de 1172)¹⁰², e, portanto, muito afastado dos acontecimentos descritos. Provavelmente estes foram referidos com um propósito hagiográfico preciso: o de

¹⁰¹ LM 1b (= PMH, DC 97; VMH, 14). Na tradução de Manuel Ramos (a quem agradecemos): «Ora, não muito tempo depois que o conteúdo do testamento foi confirmado na presença de muitos, a perseguição dos pagãos (*gentilium*) atacou o subúrbio desta nossa região e, por causa do medo que deles tínhamos, construímos acima o castelo a que chamam de São Mamede no referido lugar de Alpe Latito, o qual (castelo) foi construído acima do mosteiro e depois para defesa deste santo cenóbio, concedemo-lo aos frades e freiras que residem no mosteiro».

¹⁰² DÍAZ Y DÍAZ, 1993: 686.

enaltecer a figura do bispo Rosendo face a outras figuras mais próximas do tempo de redacção da *Vita*, nomeadamente o poderoso arcebispo Diego Gelmírez, celebrizado, entre outras coisas, pelo combate à pirataria, como nos sublinhou André E. Marques nos comentários que trocámos a propósito de este texto. A *Historia Compostellana* (I, 2) alude a S. Rosendo (que trata de forma elogiosa) no mesmo parágrafo em que fala da invasão normanda que vitimaria o bispo Sisnando (que é tratado de forma muito crítica), muito embora omita qualquer intervenção de Rosendo no combate aos normandos. Em todo o caso, a *Vita Sancti Rudesindi Episcopi et Confessoris*, redigida por Ordonho, monge de Celanova, regista:

Eo tempore quo beatus Rudesindus Hyriensem ecclesiam regebat, ut asseritur, cum Gallecia iam fere tota inuaderetur a Normanorum multitudine, et Portugalensium prouincia uastaretur a Sarracenorum fortitudine [...]»¹⁰³.

E as mesmas informações são confirmadas na chamada «segunda» versão da *Vita*, atribuída comumente a Estêvão, também monge de Celanova, mas que, segundo Manuel C. Díaz y Díaz deverá resultar, na redacção que hoje conhecemos, de uma construção do século XVI¹⁰⁴. Nela se refere, de forma mais sucinta, mas certamente inspirada no primeiro relato: «*Hoc tempore absente rege Galecia a Normannis inuadebatur, et Portugalia a Mauris deuastabatur[...]»¹⁰⁵.*

A construção de estruturas militares motivadas pelas ameaças das incursões normandas – por vezes mais latentes e psicológicas do que reais — não foi um acontecimento isolado. Com efeito, nos primeiros anos do século X, Afonso III empreendeu duas obras militares para responder às ameaças vikings: a construção do Castelo de Gauzón (Castrillón, Astúrias) e do Castelo de Oviedo. O primeiro ficaria imortalizado por ter sido o local onde, em 908, foi feita a Cruz de la Vitória, que Afonso III ofereceu, depois, à Catedral de Oviedo¹⁰⁶. O segundo, datado por epígrafe do ano de 905, foi construído para proteger a Catedral de Oviedo, porque, explica-nos o letrado coevo, «costumavam chegar por mar os gentios com o seu exército de piratas» (DVM NAVALI GENTILITAS PIRATO SOLENT EXERCITV PROPERARE)¹⁰⁷. Sublinhe-se que, nesse ano de 905, não se conhece qualquer referência a incursão viking. Tratava-se de resposta a uma ameaça latente ou seria ela motivada por alguma incursão de que não ficou memória? Sublinhe-se, igualmente, a forma como o monarca se refere aos vikings, classificando-os como *gentios*.

¹⁰³ DÍAZ Y DÍAZ *et al.*, eds., 1990: § 18, 130-133. Uma tradução para português encontra-se em PEREIRA, 1970: 45.

¹⁰⁴ DÍAZ Y DÍAZ *et al.*, eds., 1990: 282-291.

¹⁰⁵ DÍAZ Y DÍAZ *et al.*, eds., 1990: 295. Uma tradução para português encontra-se em PEREIRA, 1970: 23.

¹⁰⁶ GARCIA ALVAREZ-BUSTO e MUÑIZ LÓPEZ, 2005, 2010a, 2010b e 2010c.

¹⁰⁷ MIGUEL VIGIL, 1987: Insc. n.º 3, Lam. I; DIEGO SANTOS, 1994: Insc. N.º 7.

O mesmo temor dos devastadores e violentos ataques vikings levou o Bispo Sisnando, de Iria Flávia, a reforçar, em 961, as defesas do pequeno burgo de Santiago de Compostela, cujo templo estava a cativar cada vez mais peregrinos, gozando já de fama além-Pirenéus. Nesse sentido, manda rodear o santuário de muro dotado de torres e de um profundo fosso. Para completar as defesas de Santiago, manda ainda construir os castelos de Lanzada e de Cedofeita.

É também nessa lógica que se deve inscrever a construção das Torres de Oeste (Catoira, Caldas de Reis) — o *Castelli Honesti* da *Historia Compostellana* — erguidas para a defesa da ria de Arousa e da foz do rio Ulla, zona que facultava o acesso directo a Iria Flávia e a Santiago de Compostela. Quem conhece a ria de Arousa compreende que era um dos locais privilegiados para fundear uma frota. Foi, de resto, e como vimos, esta a zona escolhida por Gunderedo para estabelecer a base do seu ataque em 968. A importância desta zona já tinha levado os romanos a erguerem as *Turris Augusti*, referidas por Pompónio Melo. Sobre as suas ruínas foi construído o *Castelli Honesti*, que Afonso V de Leão, no Sínodo de Compostela, reunido em 1024, haveria de doar a Vistruário, Bispo de Iria Flávia¹⁰⁸.

A construção e a doação, em 968, do Castelo de Guimarães — também designado *Mons Latito* ou Castelo de S. Mamede — pode inscrever-se, portanto, neste movimento de reforço das estruturas militares cristãs, procurando responder de forma mais eficaz às razias vikings ou normandas, não esquecendo, como é óbvio, a ameaça muçulmana, igualmente latente. Repare-se que a geografia dos primitivos castelos portugueses, desde os primeiros exemplos (c. 870-900)¹⁰⁹ até à viragem de milénio, revela uma distribuição muito significativa: a maioria dos castelos conhecidos encontra-se entre o Ave e o Vouga, não se afastando muito da geografia das instituições monásticas produtoras de documentação, a que André E. Marques já teve oportunidade de se referir neste estudo. Mas verifica-se uma significativa concentração em torno de dois vales: o vale do Douro (naturalmente...) e a foz do Ave. Esta última concentração, que já sublinhámos noutros estudos nossos¹¹⁰, revela-se muito interessante, por denunciar o reforço das defesas do estuário de um rio que, não sendo navegável em profundidade, garantia contudo o acesso às vias de comunicação terrestres que conduziam, directamente, ao coração político do Condado Portucalense. Sublinhemos, igualmente, uma densa e estruturada rede de fortificações costeiras,

¹⁰⁸ Sobre as Torres de Oeste, e de entre uma numerosa bibliografia, veja-se NAVEIRO LÓPEZ, 2004.

¹⁰⁹ Aquele que consideramos ser o primeiro diploma a referir um castelo — o *Mons Cauallus* — tem uma data expressa de 11 de Fevereiro de 870, mas encerra problemas cronológicos, tendo recebido a datação crítica de [873-910], Fevereiro, 11 (LM 65 = PMH, DC 5; VMH, 1). Sobre o significado deste diploma para a Castelologia veja-se BARROCA, 2004: 184.

¹¹⁰ BARROCA, 2004: 186; BARROCA, 2017: 200-201 e 214 e ss.

que se implantavam numa faixa litoral, quer a Norte do Douro (entre o Cávado e o Douro)¹¹¹, quer a Sul do Douro, até ao vale do Vouga¹¹².

Se o arranque do processo de encastelamento no Entre-Douro-e-Minho não pode ser separado da incorporação deste espaço no âmbito da monarquia ovetense e da reorganização territorial e militar de matriz asturiana — corolário de um processo que arranca com as presúrias do Porto (868), de Chaves (872) e de Coimbra (878) —, também é certo que esse movimento secundou, em poucos anos, as primeiras incursões vikings sobre o Noroeste Peninsular (844 e 859-862). Este processo de encastelamento incrementou-se claramente a partir dos meados do século X, ou seja, por coincidência ou não, numa altura em que o Noroeste peninsular estava a ser alvo de uma segunda vaga de ataques vikings, na qual se destaca a marcante expedição de Gunderedo (968-969). De resto, e como referimos, não só o incremento do número de castelos, no terceiro quartel do século X, é coevo das incursões vikings, como a área de distribuição, com uma clara concentração no espaço entre o Ave e o Douro, coincide com as zonas aparentemente mais fustigadas por essas expedições.

Por isso, a construção do Castelo de Guimarães, e a sua sequente doação ao cenóbio fundado pela família condal portugalense, não podem deixar de ser relacionadas com as incursões vikings, mesmo que tenha sido uma resposta a um temor, mais do que a uma razia efectiva (que a documentação da época olvidou ou que nunca se chegou a concretizar).

Passado meio século, a mesma zona geográfica seria de novo alvo dos vikings. Com efeito, em 1015-1016, uma grande expedição atacou o coração do Entre-Douro-e-Minho, entre o Ave e o Douro e, provavelmente, a partir da foz do rio Ave. Esta expedição prolongou-se por nove meses e é conhecida por duas vias documentais: por intermédio de uma notícia analística, exarada nos *Annales Portugaleses Veteres* e por um diploma de 1018, publicado por Rui Pinto de Azevedo.

A notícia dos *Annales*, sucinta como todas as que compõem este tipo de registos, diz apenas:

*Era 1054, 8º idus septembris veniunt Lormanans ad Castellum Vermudii quod est in Prouincia Bracharensi; comes tunc ibi erat Aluitus Nuniz*¹¹³.

A «vinda» dos normandos ao Castelo de Vermoim revela-nos que o exército nórdico terá aportado na foz do Ave, fixando acampamento em terra nas suas imediações e depois rumado para o interior. O rio Ave não era navegável em profundidade, e por isso o exército viking optou pela via terrestre. A via que saía de Vila do Conde

¹¹¹ BARROCA, 2017: 197-243.

¹¹² CARMO, 2016.

¹¹³ DAVID, 1947: 295 (= PMH, Scriptores, vol. I: 9).

e rumava ao interior, passando por Famalicão, permitia aceder à zona de Guimarães. Era este o objectivo das forças vikings: cercar a «sede» do Condado Portucalense e procurar obter um rico saque ou, depois de negociações, um copioso resgate¹¹⁴. Não sabemos se o conde portucalense, Alvito Nunes (985-1016) já se encontrava no Castelo de Vermoim ou se, sabendo da aproximação das forças vikings, decidiu avançar até essa fortificação. Em todo o caso, o ataque de 6 de Setembro de 1016 revela que, aos olhos do conde, ela era uma das estruturas mais seguras de que dispunha na região. O minucioso estudo de Francisco Queiroga, que se publica neste volume, revela que o castelo era, realmente, uma estrutura dotada de boas condições defensivas. Aqui o conde foi cercado e, muito provavelmente, encontrou a morte. Com efeito, e como José Mattoso sublinhou, a notícia de 1016 é a derradeira referência documental que possuímos para este conde portucalense¹¹⁵. No ano seguinte, em 1017, já se documenta seu filho, Nuno Alvites (1017-1028), no exercício de funções condaís. Não é, portanto, demasiado arrojado supor que, quando o redactor dos *Annales Portucalenses Veteres* referiu que o conde que aí estava era Alvito Nunes, ele quisesse na realidade registar que o conde portucalense encontrara aí a morte. Não tendo sido erguido para dar resposta às incursões vikings ou normandas, o Castelo de Vermoim acabou por se ver directamente envolvido nelas...

Há, portanto, dois factores que ajudam a compreender o ataque normando a Vermoim: (i) a implantação do castelo junto da via medieval que, da orla litoral, facultava acesso a Guimarães; e (ii) a presença do conde portucalense no seu interior, com o seu séquito, o que garantia de um generoso resgate.

As incursões vikings implicavam, por vezes, a permanência em terra durante vários meses. Com efeito, a lógica de actuação destas comunidades era substancialmente distinta da que orientava os exércitos muçulmanos. Os vikings aproveitavam as rias e a foz dos rios mais importantes, que ofereciam protecção contra as intempéries, para acostar e desembarcar. A partir daí, e durante alguns meses, fustigavam a região com raides e incursões, procedendo ao saque e à tomada de cativos que eram, depois, negociados e libertados a troco de resgates. Este processo negocial implicava que a incursão viking não fosse um acontecimento rápido, mas que as forças permanecessem algum tempo nos locais. Implicava, em suma, a construção de estruturas de habitat, ainda que temporárias. Podemos apontar vários exemplos. Quando, no âmbito da primeira incursão em espaço peninsular, em 844, os vikings decidiram atacar Sevilha (4 de Outubro de 844), o seu acampamento estaria localizado na Isla Menor, nas margens do Guadalquivir, a escassos quilómetros do cobiçado alvo¹¹⁶.

¹¹⁴ Se o objectivo fosse atacar Braga, certamente que o exército viking teria preferido subir o Cávado que, segundo Oliveira Marques, era navegável quase 30 quilómetros para interior (MARQUES, 1987: 128).

¹¹⁵ MATTOSO, 1980: 112.

¹¹⁶ PRICE, 2008: 464.

E a incursão de 968-969, que incidiu sobre a Galiza e, talvez, o Norte de Portugal, assentou a sua base terrestre principal na foz do rio Ulla, junto às Torres de Oeste¹¹⁷.

Conhecem-se vários acampamentos temporários erguidos pelos vikings, que não têm necessariamente de adoptar a forma circular do conhecido acampamento de Trelleborg (Slagelse, Dinamarca), criado por volta de 980-981 d.C.. Invoquemos, por exemplo, o acampamento viking na margem do rio Vance (Saint Sulliac, Ille-et-Vilaine, França)¹¹⁸ ou o Camp de Péran (Pléran, Saint-Brieuc, França)¹¹⁹.

Existiram acampamentos vikings em Portugal? A resposta é afirmativa: é forçoso que tenham existido. Temos, de resto, alguns topónimos significativos como é o caso, já abordado, de Lordemão (Santo António dos Olivais, Coimbra), derivado de *Leodemanus* > *Lordemanus* > Lordemão. A mesma evolução que deu origem ao topónimo leonês de Lordemanos (Cimanes de la Veja, Tierra de Campos), na fronteira entre as terras de León e de Zamora. A estes dois topónimos, e à «cidade dos *Lodimanos*», nas imediações do rio Ulla, já se referiu anteriormente André E. Marques. Mas também podem ser significativos os topónimos derivados de *Madjuz*, a forma muçulmana de designar os homens do Norte, que esteve na origem de topónimos como Magos (Rossas, Vieira do Minho), Paúl de Magos e Salvaterra de Magos (Salvaterra de Magos, Santarém). Devemos confessar, no entanto, que em nenhuma destas áreas encontramos testemunhos arqueológicos de eventuais acampamentos.

E no Norte de Portugal, existiram acampamentos vikings? Apesar da ausência de vestígios arqueológicos claros e seguros, também não temos dúvidas em responder afirmativamente. Houve, seguramente, acampamentos vikings. O caso da incursão de 1016 é particularmente significativo. Penetrando na foz do Ave, a frota viking deve ter fundeado pouco acima, sensivelmente em frente do Castro de S. João, o monte hoje coroado pelo Convento de St^a. Clara de Vila do Conde. A zona encontra-se profundamente humanizada, o que dificulta a identificação de vestígios arqueológicos. Mas o rio Ave não era navegável para navios, mesmo de média dimensão¹²⁰. A sua navegabilidade ficava comprometida por pedras, que criavam rápidos, por açudes e por azenhas. Com a via fluvial comprometida, restava a opção terrestre. E isso significa que o acampamento viking não estaria muito longe da margem sul do Ave. Sabemos, pelo já mencionado documento de 1018, que a incursão viking atacou o espaço entre o Ave e o Douro e demorou-se nestas paragens por nove meses: «In era M L iij^a Mense Iulio ingressi fuerunt filius et neptis Lotnimis multis in Doiro, pre-

¹¹⁷ PRICE, 2008: 467. Veja-se também o contributo de Fernando Alonso Romero, «La navegación e itinerário del ejército normando de Gunderedo (968-969)», publicado neste volume.

¹¹⁸ CASSARD, 1996: 64-66.

¹¹⁹ NICOLARDOT & GUIGON, 1991: 123-157; CASSARD, 1996: 66-70.

¹²⁰ Tenha-se em atenção a dimensão dos barcos recuperados e musealizados no Museu dos Barcos Vikings de Roskilde (Dinamarca) ou no Museu dos Barcos Vikings de Oslo (Suécia).

dans et captivans de Doiro in Ave per viii^o menses»¹²¹. O suficiente para organizar a expedição terrestre, tomar cativos, negociar resgates e passar o Inverno em segurança. Na ausência de outros vestígios arqueológicos seguros, terá o acampamento viking assentado no *Castro Celouria* (Retorta, Vila do Conde)? Trata-se do único monte da margem sul do Ave, situado nas proximidades da área de fundação, que apresenta condições defensáveis. Este monte, apesar das suas privilegiadas condições de defesa, tem uma ocorrência relativamente tardia e esporádica na documentação medieval: é apenas mencionado em 1100¹²² e em 1110¹²³, tendo sob sua alçada as povoações de Retorta e de Pindelo¹²⁴. Estas duas povoações — as duas únicas de um território mal definido — surgem referidas, noutros diplomas, sob alçada de Castro Boi (Capela de St^o. Ovídio, Crasto, Vairão, Vila do Conde). Serão estas referências documentais, de 1100 e 1110, a memória de este ponto ter recebido estruturas defensivas, mesmo que efémeras, num passado não muito distante? E seriam elas as fortificações criadas pelas forças vikings para aí permanecerem no Inverno de 1015-1016?

Gostaríamos, por fim, de chamar a atenção para um último aspecto que pode estar, de alguma forma, relacionado com as incursões vikings no Noroeste peninsular: a difusão das motas. Como se sabe, as motas eram montes artificiais sobre os quais se instalava uma estrutura militar dotada de paliçada e torreão central, ambas construídas em madeira. Os mais antigos exemplos conhecidos remontam ao século X (Mota de Doué-la-Fontaine, Maine-et-Loire, França), e multiplicam-se de forma crescente a partir do Ano Mil. A difusão destas estruturas foi um fenómeno que esteve associado à expansão viking ou normanda. Com efeito, fora da sua área geográfica de origem (a zona compreendida entre o vale do Loire e o curso terminal do Reno), as motas mais antigas surgem em Inglaterra e na Sicília. Nos dois casos foram introduzidas pelos normandos: com a conquista de Inglaterra por Guilherme o Conquistador (em 1066) e com a ocupação da Sicília e do Sul de Itália pelos normandos e a criação do Reino Normando da Sicília.

Entre nós, a identificação de motas é um acontecimento relativamente recente e os exemplos são limitados. A primeira a ser publicada foi a Mota de Eiró (Rio Douro, Cabeceiras de Basto), que foi estudada por Luís Fontes¹²⁵. A ela podemos acrescentar a *Lomba Mourisca* (Cimo de Vila, Caíde de Rei, Lousada), mencionada nas Inquirições de 1258 no Julgado de Santa Cruz, nos limites entre Caíde de Rei e Travanca — ... *ad lumbam maurisca quomodo partit Caydi cum Travanca...* —, cujo

¹²¹ AZEVEDO, 1974: 91.

¹²² PMH, DC 932.

¹²³ DMP, DP (3), 350.

¹²⁴ BARROCA, 2017: 222-223.

¹²⁵ FONTES, 1999: 325-329.

montículo foi identificado e publicado em 2008¹²⁶. E, por fim, a Mota de Adaúlfo (Perafita, Matosinhos), a estrutura que mais directamente nos interessa.

A Mota de Adaúlfo encontra-se mencionada num diploma de 1038: «[...] in villa quos vocitant Petra Ficta in terminum de Ataulfi territorio Portugalensi subtus Mamola de Aduulfi et ave iacentia inter Recemundi et Aduulfi ipsa ereditate [...]»¹²⁷. Como já referimos, este tipo de expressão — *subtus mons*, *subtus alpe*, etc. — espelha relações de dependência militar e é muito comum nos documentos dos séculos X e XI, sendo um dos veículos privilegiados para o estudo do processo de encastelamento¹²⁸. No caso de Perafita, em 1038 a vila é referida *subtus mamola Aduulfi*. E, como se sabe, «mamoia» é uma expressão popular utilizada para designar um monte ou montículo artificial. Na maior parte dos casos corresponde a monumentos megalíticos¹²⁹. Mas nem sempre. O diploma de 1038 chamou a atenção de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que o associou a uma eventual «mota», hipótese que acabou por descartar¹³⁰. Em 1990-91 tivemos oportunidade de recuperar este exemplo, associando o diploma de 1038 a um outro, datado de 1047, onde a mesma zona de Perafita era localizada «[...] in villa Petraficta in illo agro que dicent de Martina subtus Mamola de Lumbelo terridurio Portugalensis subtus Castro Quifiones discurrente ribulo Leza prope litore maris [...]»¹³¹. Estas duas referências documentais, pela sua singularidade no panorama dos diplomas portugueses, por serem referentes à mesma zona (Perafita) e por corresponderem a um curto período de tempo, levaram-nos a colocar de novo a hipótese de se tratar de uma mota¹³². A *Mamola de Aduulfi* ou *Mamola de Lumbello*, procurada por nós durante anos, foi finalmente identificada em 2008 pelos Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Matosinhos (Joel Cleto, José Manuel Varela e Maria Conceição Pires). Localiza-se em Madoufe (Perafita, Matosinhos) e tem as seguintes coordenadas geográficas (em graus decimais):

Lat. 41.227103°

Long. -8.690387°

A sua implantação é extraordinária porque, não se elevando muito (atinge apenas uma altitude absoluta de 50 metros), permite um notável domínio da linha de costa, da qual dista, em linha recta, apenas 2,5 quilómetros.

¹²⁶ PMH, Inq., 608; BARROCA, 1990-91: 99; NUNES, SOUSA & GONÇALVES, 2008: 96.

¹²⁷ PMH, DC 303.

¹²⁸ BARROCA, 2017: 201-206.

¹²⁹ SAMPAIO, 1979a: 43, nota 2.

¹³⁰ ALMEIDA, 1978: 52.

¹³¹ PMH, DC 351.

¹³² BARROCA, 1990-91: 99; BARROCA, 2003: 101-103; BARROCA, 2017: 231-233.

O caso da Mota de Adaúlfo é, ainda, um notável exemplo de petrificação toponímica: em redor da Mota encontramos a Rua de Madoufe, a Travessa de Madoufe e a Viela de Madoufe, evidentes corruptelas do antropónimo *Adaúlfo*, referido nos diplomas do longínquo século XI. E até um outro microtopónimo referido em 1038 conseguiu sobreviver até aos nossos dias: *Recemundi* é hoje Rassamonde...

O antropónimo Adaúlfo deriva do germânico *Athawolf* > *Athaulfus* > *Adaulfus* > *Adaulfo*, composto por = *Athal* (nobre) + *Wolf* (lobo), o mesmo que dá origem ao nome próprio Adolfo ou a outros topónimos, como Adaúfe¹³³.

No caso de Perafita, parece claro que se tratava de uma estrutura de posse individual. Este Adaúlfo está documentado na zona por outros diplomas: em 1021 temos a referência ao *casal de Adaulfo*¹³⁴ e em 1040 a uma *hereditate de casal de Adaulfo*¹³⁵.

Sublinhemos, ainda, que esta estrutura se implanta numa área onde existem outros testemunhos de povoamento antigo: em Montedouro, junto a Pampelido Velho, onde Almeida Fernandes pretendia localizar uma das paróquias do *Parochiale Suevum*, temos um pequeno núcleo de sepulturas escavadas na rocha. E toda esta zona, que se prolonga entre Pampelido Velho e Lavra, tem testemunhos de ocupação intensa no período tardo-antigo e alto-medieval.

Resta saber se a Mota de Adaúlfo foi erguida por populações autóctones ou por comunidades forâneas. Analisemos as diferentes implicações de cada uma destas perspectivas. Se foi erguida pelas primeiras, ela terá servido para complementar a defesa desta linha de costa — protegida por castelos como os de Castro Boi, Monte Pedras Rubras, Castro de Guifões ou Monte Custóias — de eventuais ataques por via marítima, perpetrados por muçulmanos ou por vikings. Atente-se à cronologia das referências documentais, que coincidem com uma época em que se conhecem várias notícias de ataques vikings, a começar pelo de 1015-1016, que aqui comemoramos. Se, pelo contrário, ela foi introduzida por populações forâneas poderia ser mais um caso de «exportação» de uma forma castelar bem conhecida dos normandos. E a opção por uma mota, que se ergue facilmente, com os recursos materiais da zona e sem requerer mão-de-obra especializada, adaptava-se bem a uma situação deste tipo. Acrescente-se que há alguns indícios de presença, nesta zona, de populações vikings ou, pelo menos, com contactos nórdicos. Um diploma do *Livro Preto* da Sé de Coimbra, datado de 14 de Março de 1037, referente a Real (Matosinhos), que já foi referido por André E. Marques, documenta-nos a venda de uma propriedade pelo conde Gonçalo Forjaz a um *Halaf*. O conde D. Gonçalo Forjaz revela que a recebera do servo Godesteio, filho de *Leodemaro*. E o diploma é testemunhado por um *Victe-nando Leodemarizi*. Três antropónimos de origem nórdica...

¹³³ MACHADO, 1984: s.v. Adolfo, (1) 51; s.v. Adaúfe, (1) 47.

¹³⁴ PMH, DC 248.

¹³⁵ PMH, DC 310; LP 513.

Se, pelo contrário, aceitarmos que a Mota de Adaúlfo foi erguida por populações autóctones, então estaremos perante mais um caso de necessidade de defesa de um espaço demasiado exposto ao mar. Quiçá a opção pela mota, estrutura de construção rápida, espelhe uma necessidade urgente de defesa.

Não podemos, obviamente, optar por uma ou por outra hipótese, sem o contributo da Arqueologia. Mas elas revelam que, afinal, a interacção entre vikings e populações locais pode ter sido bem mais dinâmica do que conseguimos entrever pela simples análise da documentação da época que chegou até nós.



Figs. 1 e 2. Mota de Perafita. Fonte: Foto do autor.

FONTES

- CL: *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León (775-1230)*, vol. IV (1032-1109). Ed. de José Manuel Ruiz Asencio; vol. V (1109-1187), ed. de José María Fernández Catón. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», Caja de Ahorros y Monte de Piedad, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano de León, 1990.
- DMP, DP: *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III (A.D. 1101-1115). Ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940.
- DMP, DR: *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961, 2 vols.
- FLORIANO LLORENTE, Pedro, ed. (1968) – *Colección diplomática del Monasterio de San Vicente de Oviedo. I Parte 1 (Años 781-1200)*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, trad. (1967) – *Anales palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II, por ‘Isá ibn Aḥmad al-Rāzī (360-364 H. = 971-975 J.C.) [Ibn Ḥayyān, Muqtabas (971-975)]*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones.
- LF: *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Ed. crítica de Avelino de Jesus da Costa, reed. melhorada e ampliada por José Marques, Maria Teresa Nobre Veloso e Joaquim Tomás da Silva Pereira. Braga: Arquidiocese de Braga, 2017, 2 vols.
- LM: *Livro de Mumadona: Cartulário do Mosteiro de Guimarães. Edição crítica*. Coord. de Luís Carlos Amaral. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016 [publicado em 2018]. (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série).
- LP: *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Ed. crítica de Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.
- PMH, DC: *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et chartae*, vol. I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867-1873.
- PMH, Inq.: *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*, vol. I, partes I e II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.
- PMH, Scriptores: *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1861.
- VMH: *Vimaranis Monumenta Historica. A saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Senado de Guimarães, vol. I (2ª ed.), 1941; vol. II, 1929.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *Roman Portugal*. Vol. II, fasc. I (1. Porto, 2. Bragança, 4. Viseu). Warminster: Aris & Phillips.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973-1974) – *Necrópole galaico-romana de Vila do Conde*. «Revista da Faculdade de Letras – História», vol. 3-4, p. 209-222.
- ____ (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*. Porto: Ed. Policopiada.
- ALONSO RODRÍGUEZ, Nicolas (2009) – *Nuevas aportaciones sobre un poblamiento con restos romanos y ocupación medieval en Asturias: el valle de Eres y su porto de Bañugues (Gozón)*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, ed. – *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Vitoria: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, p. 181-190.
- AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Ed. Policopiada. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2005) – *A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica*. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO

- TELECHEA, Jesús Ángel, eds. – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media: Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 27-30 de julio de 2004*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 57-90.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939) – *História de Portugal*. Edição de Domingos Maurício Gomes dos Santos. Lisboa: Edições Biblion, vol. 2.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1974) – *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016 (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o Território Português entre Douro e Ave)*. «Revista Portuguesa de História», vol. 14, p. 73-93.
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos (2014) – *El territorium saliniense y los orígenes altomedievales de la comarca de Arousa*. In MONTERROSO MONTERO, Juan M.; GUEDES CASTRO, Augusto, eds. – *Arousa medieval y románica: I Simposio de Historia y Patrimonio Cultural de Vilagarcía de Arousa*. Vilagarcía de Arousa: Concello de Vilagarcía de Arousa, 2014, p. 1-35.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. 11-12, p. 89-136.
- (2003) – *Da Reconquista a D. Dinis (1096-1325)*. In MATTOSO, José, coord. - *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1, p. 21-161
- (2004) – *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. 25, p. 181-203.
- (2017) – *Prope litore maris: O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)*. In AMARAL, Luís Carlos, ed. – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, p. 197-243.
- BARROS, Henrique da Gama (1947) – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Edição de Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, vol. IV.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1993) – *A «Reconquista» Cristã*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, eds. – *Nova História de Portugal*. Vol. II: Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista». Lisboa: Editorial Presença, p. 251-365.
- BORGES, Marco Oliveira (2016) – *A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o Período islâmico. I - A área a Ocidente da cidade de Lisboa*. In FONTES, João Luís Inglês, et al., eds. – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, p. 67-104.
- BRINK, Stefan and PRICE, Neil, eds. (2012) – *The Viking World*. London: Routledge. (The Routledge worlds).
- CARBALLEIRA DEBASA, Ana María (2007) – *Galicia y los gallegos en las fuentes árabes medievales*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Xunta de Galicia. (Cuadernos de Estudios Gallegos, Anexos, vol. 36).
- CARDOSO, Aguiar (1929) – *Terra de Santa Maria: Civitas Sanctae Mariae*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARDOZO, Mário (1967) – *O testamento de Mumadona, fundadora do Mosteiro e Castelo de Guimarães na segunda metade do século X*. «Revista de Guimarães», vol. 77, n.º 3-4, p. 279-298.
- CARMO, Tiago João Alves (2016) – *Os castelos no Baio-Ferrado (Séc. X-XII). Contributo para o estudo dos sistemas defensivos na Orla Litoral a Sul do Douro*. Dissertação de Mestrado. Porto: Ed. Policopiada.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999) – *Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI*. «Bracara Augusta», vol. 48, n.º 101-102 (114-115), p. 311-401.
- CASSARD, Jean-Christophe (1996) – *Le siècle des Vikings en Bretagne*. S.l.: Editions J.-P. Gisserot.

- CHRISTYS, Ann (2015) – *Vikings in the South: Voyages to Iberia and the Mediterranean*. London: Bloomsbury. (Studies in early medieval history).
- COLLINS, Roger (1995) – *Early Medieval Spain: Unity in Diversity, 400-1000*. New York: St. Martin's Press. (New studies in medieval history).
- COSTA, Avelino de Jesus da (2000) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. II: Censuais e Documentos. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- DAVID, Pierre (1947) – *Annales Portucalenses Veteres*. In *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*. Lisboa: Institut Français au Portugal, p. 257-340.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., et al., eds. (1990) – *Vida y milagros de San Rosendo*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. (1993) – *Vita Rudesindi*. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, org. e coord. – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 686.
- DIEGO SANTOS, Francisco (1994) – *Inscripciones Medievales de Asturias*. Oviedo: Principado de Asturias - Consejería de Educación, Cultura y Deportes.
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier; TORRENTE FERNÁNDEZ, Isabel (2007) – *Los orígenes del monasterio de San Pelayo (Oviedo): aristocracia, poder y monacato*. «Territorio, Sociedad y Poder», vol. 2, p. 181-202.
- FONTES, Luís (1999) – *O sítio fortificado tipo 'Mota' de Eiró, Rio Douro (Cabeceiras de Basto)*. In BARROCA, Mário Jorge, coord. – *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, p. 325-329.
- GALÁN GÓMEZ, Tania (2007) – *Xénese do espazo urbano en Galiza*. Noia, A Coruña: Toxosoutos. (Trivium, 22).
- GALÁN Y GALINDO, Ángel (2005) – *Marfiles Medievales del Islam*. Córdoba: CajaSur Publicaciones, 2 vols.
- GARCIA ALVAREZ-BUSTO, Alejandro; MUNIZ LOPEZ, Iván (2005) – *El Castillo de Gauzón: Análisis arqueológico de una fortaleza asturiana*. In *Actas del III Congreso de Castellología Ibérica*. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos; Guadalajara: Diputación Provincial de Guadalajara, p. 93-106.
- (2010a) – *El Castillo de Gauzón y Alfonso III: La formación del Reino de Asturias a través de una fortaleza*. In GARCIA LELA, Alfonso; GUTIERREZ GONZALEZ, Ramón; e PRIETO ENTRIALGO, Clara Elena, coord. – *MC Aniversario de la Muerte de Alfonso III y de la Tripartición del territorio del Reino de Asturias*, vol. I, Oviedo, p. 45-68.
- (2010b) – *El Castillo de Gauzón (Castrillón, Asturias). Campañas de 2007-2009. El proceso de feudalización entre la Antigüedad Tardía y la Edad Media a través de una Fortaleza*. «Territorio, Sociedad y Poder», vol. 5, p. 81-121.
- (2010c) – *El Castillo de Gauzón (Asturias, España) y el proceso europeo de feudalización entre la Antigüedad Tardía y la Edad Media a través de una fortificación*. «Munibe», nº 61, p. 289-328.
- GARCÍA-GALLO, Alfonso (1950) – *El concilio de Coyanza: Contribución al estudio del derecho canónico español en la alta Edad Media*. «Anuario de Historia del Derecho Español», vol. 20, p. 275-633.
- GOLDSCHMIDT, Adolph (1926) – *Die elfenbeinskulpturen aus der romanischen Zeit XI.-XIII. Jahrhundert*. Berlin: Bruno Cassirer, vol. 4.
- GOMES, Paulo Dordio (2011) – *Os mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto*. In *O mosaico romano nos centros e nas periferias: originalidades, influências e identidades. Actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA), Museu Monográfico de Conímbriga, 2005*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, p. 837-847.

- GÓMEZ MORENO, Manuel (1925) – *Catálogo Monumental de España. Provincia de León (1906-1908)*. 2 vols., Madrid: Ministério de Instrucción Pública y Bellas Artes.
- HERCULANO, Alexandre (1980) – *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Edição de José Mattoso. Lisboa: Livraria Bertrand, tomo 1.
- ISLA FREZ, Amancio (1992) – *La sociedad gallega en la Alta Edad Media (siglos IX-XII)*. Madrid: CSIC. (Biblioteca de historia, vol. 12).
- KROMANN, Anne (1988) – *Finds of Iberian Islamic coins in the northern lands*. In METCALE, David Michael and GOMES MARQUES, Mário, eds. – *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area* 3. Santarém: Sociedad Numismática Scalabitana, Instituto de Sintra, p. 243-253.
- LOPES, David (1928) – *O Domínio Árabe*. In PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério, eds. – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, vol. I, p. 389-431.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2013) – *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. 2.^a ed., Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago, Universidade de Santiago de Compostela.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antegüedad en la “Gallaecia”. Transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel (2003) – *El Monasterio de San Martiño Pinario de Santiago de Compostela en la Edad Media*. Sada, A Coruña: Edición do Castro. (Publicacións do Seminario de Estudos Galegos. Galicia Medieval: Fontes, vol. 6).
- MACHADO, José Pedro (1984) – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- MÄKELER, Hendrik (2005) – *Wikingerzeitlicher Geldumlauf im Ostseeraum: Neue Perspektiven*. «Quaestiones Medii Aevii Novae», vol. 10, p. 121-149.
- MARQUES, André Evangelista (2008) – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia (A Coruña): Toxosoutos. (Trivium, vol. 26).
- (2014) – *Da representação documental à materialidade do espaço: território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Porto: CITCEM, Afrontamento. (Teses universitárias, vol. 6).
- MARQUES, André Evangelista; DAVID, Gabriel (2013) – *Paisagem e Povoamento (diocese de Braga, Séculos IX-XI) [Base de dados]*. Repositório Aberto da U. Porto: <http://hdl.handle.net/10216/69259> [Consulta realizada em 09/09/2018].
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, Editorial Presença.
- (1993a) – *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2.^a ed. corrigida e aumentada. Lisboa: Editorial Presença [1.^a ed.: 1959].
- (1993b) – O «Portugal» Islâmico. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, eds. – *Nova História de Portugal*. Vol. II: Portugal, das Invasões Germânicas à «Reconquista». Lisboa: Editorial Presença, p. 117-249.
- MATTOSO, José (1980) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (1992) – *Portugal no reino asturiano-leonês*. In MATTOSO, José, ed. – *História de Portugal*. Vol. 1: Antes de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 438-565.
- (2002) – *O monaquismo Ibérico e Cluny*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores (Obras Completas de José Mattoso, vol. 12) [ed. original: 1968].
- MATTOSO, José, et al. (1989) – *O castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa: Editorial Estampa. (Imprensa Universitária, vol. 74).
- MIGUEL VIGIL, Ciriaco (1987) – *Asturias Monumental, Epigráfica y Diplomática*, 2 vols., Oviedo: Principado de Asturias - Consejería de Educación, Cultura y Deportes, 2.^a ed., 1987 [ed. original: 1887].

- MORALES ROMERO, Eduardo (2006) – *Historia de los vikingos en España: ataques e incursiones contra los reinos cristianos y musulmanes de la Península Ibérica en los siglos IX-XI*. 2.^a ed. Madrid: Miraguano Ediciones, 2006 (Libros de los Malos Tiempos, Serie mayor).
- MOREIRA, Álvaro de Brito; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2011) – *O Rio da Memória: a romanização do vale do Leça*. In VARELA, José Manuel; PIRES, Conceição, eds. – *O Rio da Memória. Arqueologia no Território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 125-197.
- NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. (2004) - *Torres de Oeste. Monumento Histórico e Xacemento Arqueolóxico*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra.
- NICOLARDOT, Jean-Pierre; GUIGON, Philippe Guigon (1991) - *Une forteresse du Xe siècle; le Camp de Péran à Plédran (Côtes d'Armor)*. «Revue Archéologique de l'Ouest», tomo 8, p. 123-157.
- NUNES, Manuel; SOUSA, Luís; GONÇALVES, Carlos (2008) - *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*: Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, ed. (1970) - *Vida e Milagres de São Rosendo*. Porto: Junta Distrital do Porto.
- PERES, Damião (1928) – *A Reconquista Cristã*. In PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério, eds. – *História de Portugal*. Vol. I. Barcelos: Portucalense Editora, p. 433-479.
- PICARD, Christophe (1997) – *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age, VIIIe-XIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France (Islamiques).
- (2000) – *Le Portugal musulman, VIIIe-XIIIe siècle: l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- PIRES, Hélio (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa: Ed. Policopiada. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- (2017) – *Os Vikings em Portugal e na Galiza: As Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico*. Sintra: Zéfiro.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2001) – *García II de Galicia: el rey y el reino (1065-1090)*. Burgos: La Olmeda (Corona de España, vol. 34).
- PRICE, Neil (2012) – *The Vikings in Spain, North Africa and the Mediterranean*. In BRINK, Stefan; PRICE, Neil, eds. – *The Viking World*. London: Routledge, 462-469.
- RIBEIRO, João Pedro (1857-1896) – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1857-1896, 5 vols.
- RIBEIRO, Orlando (1990) – *Povoamento*. In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 6. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p. 466-485 [1.^a ed.: 1963-1971].
- (1995) – *Uma região portuguesa do norte e do litoral: o Minho*. In *Opúsculos Geográficos*. Vol. VI: Estudos Regionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 259-302.
- ROCHA, Fr. Manoel da (1730) – *Portugal renascido: Tratado historico-critico-chronologico*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Silva.
- ROESDAHL, Else (1998) – *The Vikings*. London: Penguin.
- (2010) - *Viking art in European churches (Cammin – Bamberg – Prague – León)*. In KLÆSØE, Iben Skibsted, ed. - *Viking Trade and Settlement in Continental Western Europe*. Copenhaga: Museum Tusculanum Press, p. 149-164.
- RUAS, Henrique Barrilaro (1990) – *Normandos, Ataques dos*. In SERRÃO, Joel, ed. – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990, p. 398-399 [1.^a ed.: 1963-1971].
- SAMPAIO, Alberto (1979a) - *Estudos históricos e económicos*. Vol. I: *As vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega. (Documenta Historica).
- (1979b) – *Estudos históricos e económicos*. Vol. II: *As Póvoas Marítimas*. Lisboa: Vega. (Documenta Historica).

- SÁNCHEZ PARDO, José Carlos (2010) – *Los ataques vikingos y su influencia en la Galicia de los siglos IX-XI*. «Anuario Brigantino», vol. 33, p. 57-86.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1969) – *Invasiones normandas a la España cristiana durante el siglo IX*. In *I normanni e la loro espansione in Europa nell'alto medioevo (Settimane di studio del Centro italiano di studi sull'alto medioevo, XVI)*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, p. 367-408.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977) – *História de Portugal*. Vol. I: Estado, Pátria e Nação (1080-1415). Lisboa: Editorial Verbo.
- SILVA, António Manuel S. P. (2010) – *Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa*. «Gallaecia», vol. 29, p. 213-262.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (2000) – *Origens do Porto*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, ed. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p. 44-117.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983) – *Contraste e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas*. «Estudos Contemporâneos», vol. 5, p. 9-115.
- SOARES, Torquato de Sousa (1935) – *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, Álvaro (2010) – *Historia urbana en la Galicia medieval. Balance y perspectivas*. «Cuadernos de Estudios Gallegos», vol. 123, p. 59-90.
- TEIXEIRA, Ricardo (2011) – *Idade Média: dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (sécs. IX-XIV)*. In VARELA, José Manuel; PIRES, Conceição, eds. – *O Rio da Memória: arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, p. 199-232.
- VASCONCELOS, José Leite (1982) – *Etnografia portuguesa*. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982 [ed. original: 1958].
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa (1993) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Edição de FIÚZA, Mário. 2 vols. Porto: Livraria Civilização Editora.